UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LEPPS - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde

**Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais
transcentrados**

VINÍCIUS ALEXANDRE

Ribeirão Preto - SP

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LEPPS - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde

Vinícius Alexandre

Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais
transcentrados

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Área de Concentração: Psicologia em Saúde e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

Ribeirão Preto - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Alexandre, V.

Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais transcitrados. Ribeirão Preto, 2020.

187 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento. Orientador: Santos, Manoel Antônio dos.

1. Conjugalidade. 2. Transexualidade. 3. Teoria Queer. 4. Gênero. 5. Teoria Fundamentada nos Dados.

Este estudo foi desenvolvido junto ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde e do VIDEVERSO: Grupo de ação e pesquisa em diversidade sexual e de gênero.

Apoio financeiro:

Este estudo foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mediante concessão de bolsa de Mestrado, Processo número 134357/2018-3, no período de agosto de 2018 a setembro de 2020, sob orientação do Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos.

Nome: Alexandre, V.

Título: Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais transcentrados

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Aprovado em: 08 /12 / 2020

Comissão Julgadora

Prof.(a): Manoel Antônio dos Santos

Instituição: FFCLRP - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): Iara Falleiros Braga

Instituição: UFPB

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): Wanderlei Abadio de Oliveira

Instituição: PUC – CAMPINAS/FFCLRP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a): Fábio Scorsolini-Comin

Instituição: EERP - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço às/aos colaboradoras/es deste estudo por terem compartilhado suas histórias de vida comigo e por me permitirem conhecer momentos tão decisivos de suas trajetórias. Tenho consciência de que falar abertamente sobre a própria intimidade é ato de coragem e consciência política, principalmente quando seus processos de subjetivação estão circunscritos por um contexto de opressão social. As vivências que os casais entrevistados se permitiram dividir comigo foram muito além de minhas expectativas, tocando em temas que eu mesmo talvez não tivesse tido o desprendimento pessoal de abordar.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Manoel Antônio dos Santos, por ter me acolhido em seu laboratório mesmo sem me conhecer previamente e quando outros/as professores/as haviam fechado as portas para mim. Foi um privilégio poder ser acompanhado de tão perto durante toda a minha trajetória de formação por um pesquisador que é referência na Psicologia nacional, contando com sua orientação segura e competente.

Agradeço às/aos meus colegas integrantes do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – LEPPS pela disponibilidade em oferecer sua ajuda sempre que necessitei e pelos inesquecíveis debates das reuniões científicas de nosso laboratório nas quartas-feiras. Sou grato pela oferta generosa de sugestões e apontamentos que foram decisivos para o aprimoramento desta pesquisa. Com vocês aprendi que as trocas de saberes se tornam mais fecundas se houver horizontalidade e complementaridade nas relações.

Também agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Name Risk pela profícua parceria nos anos em que estivemos à frente da coordenação do grupo VIDEVERSO, assim como sou grato ao André Villela por estar atualmente ao meu lado na co-coordenação.

Agradeço à Profa. Dra. Kelly Graziani Giacchero Vedana e ao Prof. Vitor Pinheiro Grunvald pelas excelentes críticas e observações realizadas durante a Qualificação deste Mestrado, as quais muito contribuíram para seu aprimoramento.

Um agradecimento especial à doutoranda Rhyquelle Rhibna Neris, pela parceria no desenvolvimento minucioso da metassíntese que compõe este estudo.

Sou grato às/aos colegas de pós-graduação, assim como às/aos alunas/os e estagiárias/os do curso de graduação em Psicologia, com quem tive o prazer de desfrutar de momentos de aprendizagem nas monitorias e estágios curriculares.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de Mestrado, processo número 134357/2018-3, no período de agosto

de 2018 a setembro de 2020, que me permitiu dedicar-me integralmente ao desenvolvimento deste estudo.

*When you're down and out
When you're on the street
When evening falls so hard
I will comfort you*

*I'll take your part
When darkness comes
And pain is all around
Like a bridge over troubled water
I will lay me down
Like a bridge over troubled water
I will lay me down
(Original)*

*Quando você estiver para baixo
Quando você estiver na rua
Quando o anoitecer for dolorido
Eu te consolarei*

*Estarei ao teu lado
Quando a escuridão chegar
E o sofrimento te rondar
Como uma ponte sobre águas turbulentas
Eu me estenderei
Como uma ponte sobre águas turbulentas
Eu me estenderei
(Tradução)*

“Bridge over troubled water” - Simon & Garfunkel

RESUMO

Alexandre, V. (2020). Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais transcentrados. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Nas últimas décadas, a agenda de pesquisas científicas tem ampliado seu interesse em produzir estudos que destacam pessoas trans e travestis como objeto de interesse. As ciências médicas, desde o século passado, têm se dedicado a estudar a transexualidade a partir de uma perspectiva biológica, na qual o corpo é o principal recorte de pesquisa, em um viés patologizante. Nesse vértice empobrecido, pessoas trans e travestis são enquadradas em uma categoria diagnóstica que lhes outorga o “rótulo” de indivíduos mentalmente doentes. A presença da transexualidade em manuais diagnósticos de transtornos mentais é um reflexo dessa perspectiva. Dentre os inúmeros esforços teóricos e militantes que emergiam para se oporem a essa tendência, a Teoria *Queer* ganhou destaque já a partir da década de 1990. Um dos princípios fundamentais que norteiam os estudos *queer* afirma que a concepção de gênero não deve ficar restrita ao corpo biológico do indivíduo, de maneira que a crença de que a anatomia define imutavelmente os conceitos de “homem” e “mulher” é completamente equivocada. Na visão das/os teóricas/os *queer*, o gênero tem uma característica instável e sujeita a inúmeras influências ao longo do ciclo vital. A partir dessa perspectiva, é proposta uma desconstrução da ideia preconcebida de identidade de gênero por meio do questionamento da polarização do gênero, a qual limita a experiência identitária ao binarismo “homem-mulher”. O *binarismo de gênero* produz *identidades não-inteligíveis* para todos os sujeitos que vivenciam identidades de gênero e conjugalidades não polarizadas, ao mesmo tempo em que o dispositivo *Heteronormatividade* relega essas mesmas identidades e conjugalidades a uma zona de apagamento social. Como efeito direto desse regime de poder, as conjugalidades que envolvem pessoas trans e travestis, sejam elas conjugalidades cis-trans ou transcentradas, são negligenciadas tanto pelo contexto social como pelo meio científico. Considerando esses pressupostos, este estudo teve por objetivo investigar as narrativas de casais cis-trans e casais transcentrados. Trata-se de um estudo qualitativo, transversal e exploratório, que tem como referencial teórico a Teoria *Queer* e o conceito central de *Heteronormatividade*. O referencial metodológico adotado foi a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). Para a construção do *corpus* de análise foram entrevistados três casais cis-trans, um casal transcentrado e uma travesti envolvida em uma conjugalidade transcentrada. As entrevistadas narrativas episódicas foram conduzidas a partir de questões que buscaram circunscrever os significados que os casais atribuem aos seus relacionamentos, incluindo a dinâmica conjugal, os desafios diários para preservar o relacionamento e os planos para o futuro. Quatro entrevistas foram realizadas de forma simultânea com ambos os/as cônjuges e uma entrevista foi realizada isoladamente com uma colaboradora. As entrevistas ocorreram em situação face a face, com duração entre 56 minutos a 231 minutos, e foram audiogravadas mediante autorização. Após a coleta de dados, o conteúdo das entrevistas foi transcrito literalmente e na íntegra. Posteriormente, seguindo os procedimentos da TFD, os dados foram analisados e dessa análise emergiram 12 categorias temáticas, as quais foram organizadas em torno do fenômeno central “Vivendo uma conjugalidade insubordinada”, em um modelo paradigmático de análise. Os resultados mostraram que as conjugalidades cis-trans e transcentradas enfrentam inúmeras adversidades em suas trajetórias. A transfobia, até então vivida apenas pelos parceiros trans e pelas parceiras travestis, demonstrou potencial para afetar também seus/suas parceiros/as cis. Esse fenômeno constantemente pressiona os casais para uma zona de marginalidade social, uma vez que seus relacionamentos são classificados como ilegítimos e seu direito de amar e vivenciar a conjugalidade não é reconhecido. Diante dessas

circunstâncias, revoltar-se contra o regime de poder heteronormativo não é apenas uma questão de desejo, e sim de necessidade de resistir e afirmar suas existências. Entre as formas de insubordinação identificadas, destacam-se os enfrentamentos e a rejeição das/os participantes a uma parcela de suas famílias e de suas amizades. Também se evidenciou a preocupação com a segurança e integridade pessoal, que gera a necessidade de analisar previamente os locais que frequentarão, uma vez que nem todos os espaços públicos toleram a presença de indivíduos que subvertem as normas do sistema sexo/gênero. No entanto, os atos de insubordinação também envolvem momentos de criação, quando novas formas de viver podem ser geradas. Com a ajuda da parcela receptiva de suas famílias, das/os amigas/os, da fé, da luta militante e, fundamentalmente, das/os parceiras/os, elas/es se fortalecem e novas experiências de conjugalidade emergem. Essas novas conjugalidades são dotadas de especificidades e têm potencial para se sustentarem e terem longa duração. Espera-se que o conhecimento produzido neste estudo possa contribuir para o desenvolvimento de abordagens culturalmente sensíveis à diversidade e que os profissionais da saúde que atendem à população trans/travesti possam repensar suas concepções sobre os relacionamentos afetivos e as dimensões multifacetadas do gênero e da sexualidade. Espera-se que sejam capazes de perceber que, aquilo que é propagado como conjugalidade normal, é uma construção circunstancial e que a normalidade é uma construção exclusivamente contextual e que é redescrita continuamente nos moldes que melhor se adaptem às existências humanas individuais.

Palavras-chave: conjugalidade; transexualidade; teoria queer; gênero; teoria fundamentada nos dados.

ABSTRACT

Alexandre, V. (2020). Living an insubordinate conjugality: narratives of cis-trans couples and trans-centered couples. Master's Dissertation, Psychology Graduate Program, Faculty of Philosophy, Sciences and Letters at Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

In recent decades, the scientific research agenda has broadened its interest in producing studies that highlight trans people and transvestites as objects of interest. Since the last century, medical sciences have been dedicated to studying transsexuality from a biological perspective, in which the body is the main research cutout, in a pathological bias. In this impoverished vertex, transsexuals and transvestites are framed in a diagnostic category that gives them the “label” of mentally ill individuals. The presence of transsexuality in mental disorder diagnostic manuals is a reflection of this perspective. Among the numerous theoretical and militant efforts that emerged to oppose this trend, the Queer Theory gained prominence as early as the 1990s. One of the fundamental principles guiding queer studies states that the conception of gender should not be restricted to the individual's biological body, so the belief that anatomy immutably defines the concepts of “man” and “woman” is completely mistaken. In the view of queer theorists, gender has an unstable characteristic and is subject to numerous influences throughout the life cycle. From this perspective, a deconstruction of the preconceived idea of gender identity is proposed through the questioning of gender polarization, which limits the identity experience to the binary "man-woman". Gender binarism produces unintelligible identities for all subjects who experience gender identities and non- polarized conjugalities, while the Heteronormativity device relegates these same identities and conjugalities to a zone of social obliteration. As a direct effect of this regime of power, conjugalities involving trans and transvestites, be they cis-trans or transcended conjugalities, are neglected by both the social context and the scientific environment. Considering these assumptions, this study aimed at knowing the meanings assigned by cis-trans and transcended couples to their marital relationships. It is a qualitative, transversal and exploratory study, whose theoretical reference is the Queer Theory and the central concept of Heteronormativity. The methodological reference adopted was the Grounded Theory (GT). For the construction of the corpus of analysis three cis-trans couples were interviewed, a transcentralized couple and a transvestite involved in a transcentralized conjugality. The episodic narratives were conducted from questions that sought to circumscribe the meanings that couples attribute to their relationships, including marital dynamics, daily challenges to preserve the relationship and plans for the future. Four interviews were conducted simultaneously with both spouses and one interview was conducted in isolation with an employee. The interviews took place in a face-to-face situation, lasting from 56 minutes to 231 minutes, and were audio-recorded upon authorization. After data collection, the content of the interviews was transcribed literally and in full. Later, following GT procedures, the data were analyzed and from this analysis 12 thematic categories emerged, which were organized around the central phenomenon “Living an insubordinate conjugality”, in a paradigmatic model of analysis. The results showed that cis-trans and transcended conjugalities face numerous adversities in their trajectories. Transfobia, until then experienced only by trans partners and transvestite partners, showed potential to affect their cis partners as well. This phenomenon constantly presses couples into a zone of social marginalization, since their relationships are classified as illegitimate and their right to love and experience conjugality is not recognized. In the face of these circumstances, revolting against the regime of heteronormative power is not only a matter of desire, but of the need to resist and affirm their existence. Among the forms of insubordination identified, the confrontations and rejection of the participants to a part of their families and their friendships stand out. The concern with

security and personal integrity was also highlighted, which generates the need to previously analyze the places they will attend, since not all public spaces tolerate the presence of individuals who subvert the norms of the sex/gender system. However, acts of insubordination also involve moments of creation, when new ways of living can be generated. With the help of the receptive part of their families, friends, faith, militant struggle and, fundamentally, partners, they become stronger and new experiences of conjugality emerge. These new conjugalities are endowed with specificities and have the potential to have long duration. It is hoped that the knowledge produced in this study may contribute to the development of culturally sensitive approaches to diversity, and that health professionals who serve the trans/travestite population may rethink their conceptions about affective relationships and the multifaceted dimensions of gender and sexuality. They are expected to be able to perceive that what is propagated as normal conjugality is a circumstantial construction, just as normality is an exclusively contextual construction, and normality is continuously rewritten in ways that best adapt to individual human existences.

Keywords: conjugality; transsexuality; queer theory; gender; grounded theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estratégia de busca segundo a ferramenta SPIDER	57
Tabela 2. Relação e caracterização dos estudos selecionados	60
Tabela 3. Avaliação CASP	61
Tabela 4. Demonstração do processo de codificação aberta	101
Tabela 5. Demonstração do processo de construção das categorias provisórias	101
Tabela 6. Dados sociodemográficos dos/as colaboradores/as do estudo.....	112
Tabela 7. Relação do tempo de relacionamento dos casais	113
Tabela 8. Relação dos estratos socioeconômicos do Critério de Classificação Econômica Brasil ocupados pelos/as colaboradores/as	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação da Pirâmide Erótica-Sexual de Gayle Rubin	53
Figura 2. Fluxograma das etapas do processo de revisão de literatura segundo as diretrizes PRISMA	177
Figura 3. Representação gráfica dos Temas analíticos e Temas descritivos obtidos por meio da análise dos dados	59
Figura 4. Representação gráfica dos resultados obtidos no estudo.....	67
Figura 5. Representação do efeito regulador da Heteronormatividade nas esferas do gênero e da sexualidade	88
Figura 6. Percurso metodológico da Teoria Fundamentada nos Dados assim como proposto por Strauss e Corbin (1990)	92
Figura 7. Modelo Paradgmático de Análise dos dados proposto por Strauss e Corbin (1990)..	94
Figura 8. Representação do percurso das entrevistas realizadas	98
Figura 9. Diagrama das causas associadas ao Fenômeno Central	115
Figura 10. Diagrama do contexto associado ao Fenômeno Central	123
Figura 11. Diagrama das condições intervenientes associadas ao Fenômeno Central	127
Figura 12. Diagrama das estratégias associadas ao Fenômeno Central	132
Figura 13. Diagrama das consequências associadas ao Fenômeno Central	134
Figura 14. Paradigma representando a relação do Fenômeno Central com as categorias emergentes.....	141

LISTA DE SIGLAS

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BES	Bem-Estar Subjetivo
CASP	Critical Appraisal Skills Programme
CCEB	Critério de Classificação Econômica - Critério Brasil
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DeCS	Descritores Controlados em Ciências da Saúde
ENTREQ	Enhancing Transparency in Reporting the Synthesis of Qualitative Research
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LEPPS	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde
LGBTQIA+	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais e outros
MeSH	Medical Subject Headings
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPA	Plano Plurianual
PRISMA	Guidelines for reporting of systematic review
PTS	Projeto Terapêutico Singular
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados
TGEU	TransGender Europe (ONG)
USP	Universidade de São Paulo
UBS	Unidade Básica de Saúde

GLOSSÁRIO

ABJEÇÃO/ABJETO – o termo abjeto compreende aquele indivíduo cuja identidade sofre do processo de abjeção, sendo que ela “[...] relaciona-se a todos os tipos de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler, 2015, p. 32).

ALTERIDADE – de maneira genérica, se refere a uma situação ou estado produzidos nas relações de contraste e diferença entre os indivíduos (Foucault, 2015).

BINARISMO DE GÊNERO – descreve uma prática regulatória que produz corpos sexuais regulados em nossa cultura, os demarcando e diferenciando dos outros corpos. Esta diferenciação resume os corpos às categorias “homem” e “mulher” (Butler, 1999).

CASAL CIS-TRANS – o termo se refere a um casal formado por um homem ou mulher cis e um homem ou mulher trans/travesti. Esse casal pode ter uma configuração tanto heterossexual como homossexual (Bento, 2006). Essa terminologia emergiu da comunidade trans/travesti e não tem um criador específico. Ela pode ser encontrada em inúmeras salas de discussão voltadas para pessoas trans/travestis em redes sociais e fóruns online.

CASAL TRANSCENTRADO - o termo se refere a uma configuração conjugal onde duas pessoas trans/travestis se relacionam amorosamente. Esse casal pode ter uma configuração tanto heterossexual como homossexual. Essa terminologia emergiu da comunidade trans/travesti e não tem um criador específico. Ela pode ser encontrada em inúmeras salas de discussão voltadas para pessoas trans/travestis em redes sociais e fóruns online (Azevedo & Pereira, 2020).

CIS – abarca todas as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (Bento, 2006).

CISNORMATIVIDADE - esse conceito foi empregado a partir do início dos anos 2000 por blogueiras trans e depois utilizado cientificamente pela primeira vez no estudo de Logie et al.

(2012) para descrever “[...] as suposições e expectativas socioculturais de que todas as pessoas são cisgêneras” (p. 2).

CONJUGALIDADE – a conjugalidade se refere a um relacionamento afetivo, no qual a união de duas pessoas não anula as individualidades identitárias de ambas, permitindo que uma terceira identidade emergja. Desta maneira, a conjugalidade é mais do que a interação ou soma de duas identidades: ela tem características próprias e é a forma como o relacionamento se expressa para o próprio casal e para a sociedade em geral (Bernardi, Dantas, & Féres-Carneiro, 2020).

DISPOSITIVO – o filósofo Michel Foucault define esse termo como: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 244).

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA – termo cunhado pela feminista radical Adrienne Rich em 1980 no artigo *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, o qual foi publicado, posteriormente, no livro *Blood, bread and poetry: selected prose 1979-1985*. Rich (1980) descreve a heterossexualidade compulsória como o recurso derivado do poder dominante exercido pela figura do homem ao longo da história, que doutrina as mulheres por meio da ideologia fabricada do “romance heterossexual”, introjetando coercitivamente nelas a ideia de que o matrimônio e o desejo sexual por homens são indeclináveis.

HETERONORMATIVIDADE – este termo foi utilizado pela primeira vez na publicação *Fear to the Queer planet: queer politics and social theory* por Michael Warner (1991), e é referido pelo autor como a crença universal, propagada pela cultura heterossexual, de que a heterossexualidade é o único caminho possível para o desenvolvimento do desejo sexual. Além disso, ao delimitar apenas duas possibilidades identitárias, homem e mulher, ela também atua na normatização do corpo e no reforçamento da falácia do *binarismo de gênero*.

HETEROTOPIA DE DESVIO – termo utilizado pelo filósofo Michel Foucault para designar um local concreto reservado para a alteridade. Este seria o lugar onde aqueles que transgridem as normas são isolados, mas, ao mesmo tempo, são mantidos nas extremidades da própria

sociedade que os enclausura, de modo que ela torna-se capaz de exercer controle sobre eles (Foucault, 2015).

HOMOFOBIA LIBERAL – termo utilizado por estudiosos de gênero nos Estados Unidos. Ele se refere ao discurso liberal de que a homossexualidade deve ser aceita desde que seja mantida em uma esfera privada. Em um sistema liberal, a sexualidade é vista como um assunto que deve ser mantido fora da esfera pública e, portanto, de qualquer responsabilidade do Estado (Norris, 1991).

HOMONORMATIVIDADE – é descrito por Berkowitz (2009) como “[...] um processo pelo qual gays e lésbicas assimilam a cultura heteronormativa através da monogamia, domesticidade e consumação” (p. 127).

INTERSECCIONALIDADE – de acordo com Kyrillos (2020, p. 1): “A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem”.

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA – este termo foi cunhado pela socióloga Avtar Brah e se refere aos inúmeros fatores associados às vidas humanas que, por circunstâncias históricas e contextuais, tem o potencial de gerar algum tipo de opressão a elas. Alguns dos marcadores mais estudados incluem: raça/cor, etnia, idade, classe, gênero e “necessidades especiais” (Gaspodini et al., 2017).

MATRIZ SEXUAL COMPULSÓRIA – conceito adotado por Butler (2015) ao argumentar que o processo de formação do sujeito em uma sociedade heteronormativa deve estabelecer uma linha contínua e coerente entre seu corpo biológico, seu gênero, sua orientação sexual e suas práticas sexuais.

PASSABILIDADE CIS– esse termo moderno descreve “[...] o desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera” (Pontes & Silva, 2017, p. 403).

PERFORMATIVIDADE – conceito elaborado pela filósofa Judith Butler (2015) e que compreende o gênero como um ato/performance em que o indivíduo reproduz efusivamente as significações culturais atribuídas ao seu “gênero de nascimento”, de forma a garantir a manutenção do *binarismo de gênero*.

PIRÂMIDE ERÓTICA SEXUAL – modelo teórico proposto por Gayle Rubin (1984). A autora feminista argumenta que, nas sociedades ocidentais, existe um sistema hierárquico estabelecido para avaliar os atos sexuais. Nessa hierarquia de prestígio, um sexo classificado como “bom” é aquele considerado “saudável”, com fins reprodutivos e heterossexual, em contraposição a um sexo “mau”, que seria aquele praticado com vistas à obtenção de prazer, podendo ele ser de natureza homossexual ou bissexual, o que lhe confere o *status* de anormal. Já no que diz respeito aos indivíduos e seus relacionamentos, podemos, segundo a autora, imaginar uma pirâmide de três estágios onde no topo se encontram aqueles mais aceitos e valorizados socialmente e na base os mais desprezados.

RALÉ – termo utilizado pela filósofa Hannah Arendt (2013) para descrever indivíduos movidos unicamente pela agressividade e pelo desejo de fazer valer seus desejos, não se importando em aderir a um regime onde apenas um pode governar e os outros devem se submeter.

TRANS – termo que compreende os indivíduos que se identificam com um gênero diferente ao que lhes foi designado no nascimento, sendo este gênero atribuído com base em suas características anatômicas corporais (Gliske, 2019). Também podemos inferir que os homens e as mulheres trans constroem suas identidades de gênero de maneira distinta a aquela definida nas normativas do *binarismo de gênero*.

TRANSFOBIA – este conceito moderno se refere às inúmeras circunstâncias que materializam a discriminação contra a população trans/travesti, incluindo a violação de direitos fundamentais, exclusão estrutural, ameaças, agressões e homicídios (Jesus, 2014).

TRAVESTI – o termo “travesti” é empregado exclusivamente no contexto brasileiro e é muitas vezes igualado, de forma incorreta, ao termo “trans”. Não existe uma definição exata e definitiva para esse termo, mas uma das formas mais aceitas é que ele se refere à experiência identitária de indivíduos que se identificam e vivenciam o feminino, porém, o feminino travesti não almeja ser o mesmo feminino das mulheres cis. Ainda que busquem exaustivamente a feminilidade, as travestis “[...] não querem abrir mão de alguns bens simbólicos que julgam próprios da masculinidade, tais como independência, autonomia, força física, racionalidade, entre outros” (Pelúcio, 2004, p. 133).

TOMBOY – é um termo que se refere a uma menina ou adolescente cis que apresenta características físicas e comportamentos que são tipicamente atribuídos a meninos cis (Skerski, 2011).

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	29
2. INTRODUÇÃO	35
2.1. Capítulo 1: Atravessamentos heteronormativos nos serviços de saúde que atendem a população trans e travesti	35
2.2. Capítulo 2: Mudanças no cenário da conjugalidade e “Por onde caminham os casais cis- trans e transcitrados?”	46
2.3. Capítulo 3: Uma Metassíntese sobre as conjugalidades cis-trans e transcitradas	56
3. JUSTIFICATIVA	73
4. OBJETIVOS	75
4.1. Objetivo geral	75
4.2. Objetivos específicos	75
5. MÉTODO	76
5.1. Tipo de estudo	76
5.2. Referencial Teórico.....	76
5.3. Referencial Metodológico	89
5.4. Participantes.....	95
5.5. Instrumentos	96
5.6. Procedimento	97
5.7. Considerações Éticas.....	103
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	104
6.1. Contextualização das entrevistas	104
6.2. Caracterização dos/das colaboradores/as	112
6.3. Análise das entrevistas	115
6.4. Análise teórica dos dados	143
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
8. REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	174
APÊNDICES.....	178

1. APRESENTAÇÃO

Meu nome é Vinícius Alexandre, tenho 29 anos, sou um homem branco e me entendo como cisgênero e heterossexual. Descrever-me de tal maneira pode parecer estranho à primeira vista, porém, na perspectiva teórica que emoldura este estudo, isso me parece fundamental. Não pertencço a nenhum grupo social abjetado, ao contrário, tenho consciência de que usufruo de inúmeros privilégios que existem e dos quais me benefico para além de minha vontade individual. Nunca fui agredido pela polícia, poucas vezes fui detido em um *blitz*, nunca fui seguido por um/a vendedor/a ou segurança à paisana dentro de uma loja, nunca fui confundido com um criminoso, nunca deixaram de me convocar para uma entrevista de emprego ou me contratar por causa da cor de minha pele, minha orientação sexual ou identidade de gênero. Nunca. Porém, eu posso ser sensível e ter os sentidos aguçados, em algum nível, para a experiência de sofrimento vivida por pessoas pelo fato de expressarem uma identidade que destoa das demais.

Iniciei minha vida escolar em uma escola pública, onde, apesar das claras limitações estruturais da instituição, nunca sofri nenhum tipo de agressão física ou verbal. Ao contrário, gostava de estudar e era muito feliz lá. No entanto, na 3ª série do Ensino Médio, meus pais decidiram me transferir para uma escola particular. Minha vida mudou a partir daí. Em relação ao ensino e aos professores nunca houve nenhum problema. Eu gostava dos professores e sentia que eles também gostavam de mim. No entanto, naquela escola particular de uma pequena cidade do interior paulista, as crianças reproduziam o comportamento materialista de seus pais em suas relações interpessoais. Elas se gabavam das viagens que realizavam com suas famílias durante as férias, de estarem usando um tênis caro da moda e das profissões de alto prestígio social de seus genitores: médico, advogado, dono de concessionária de carros, dentista, dentre outras. Meus valores eram completamente diferentes: eu vinha de uma família que chegou a passar necessidades e que melhorou de vida graças ao trabalho e as oportunidades oferecidas por pessoas que confiavam nela. Não via nenhum valor naquilo de que meus colegas se gabavam e continuo sem ver sentido nessa exaltação do individualismo consumista até hoje.

Por ter valores distintos e por não ter receio de expô-los, ainda que isso significasse ir contra a opinião da maioria, acabei me tornando desde cedo o bode expiatório da turma. Não me lembro exatamente quando isso começou, nem quando isso tomou maiores proporções. À medida que fui crescendo dentro daquela escola, também cresceram as provocações de meus colegas, sempre acompanhadas de um prazer sádico de ferir e excluir alguém considerado “de fora do grupo” para se sentirem, eles próprios, pertencentes a um grupo de elite. Esse desejo de

não destoar dos demais era tão forte que ele se alastrou para além da minha própria turma e chegou até as outras. Logo eu me tornei o bode expiatório de todo o ensino médio.

As pessoas têm maneiras diferentes de tratar um bode expiatório: algumas fazem “piadas”, outras questionam sua sexualidade, outras o agridem fisicamente com socos, o cortam com um estilete, o ferem com a ponta de um compasso ou furam o pneu de sua bicicleta para que ele tenha de voltar andando para casa. Eu tive a infelicidade de passar por essas situações constrangedoras, de humilhação e tortura física e emocional. Em consequência disso, na época eu me senti desprotegido e me isolei, fiquei sem amigos, me tornei uma pessoa muito reativa, como se eu sempre estivesse esperando um ataque de alguém, e minhas notas caíram vertiginosamente. No fim do 3º ano do Ensino Médio eu estava com os nervos completamente em frangalhos. Vulnerabilizado, resolvi cursar psicologia. Na época não entendi o porquê, mas isso se tornou mais claro para mim anos depois.

Acredito que os/as psicólogos/as tenham todos/as algo em comum: todos foram forçados, em algum momento de suas vidas, a olhar para seu interior em busca de uma resposta para algo que os interpelava de maneira contundente. No meu caso, eu olhava para meu interior para entender o que me diferenciava dos meus colegas. Não só deles, mas da maioria das pessoas que eu conhecia. Quando uma pessoa está disposta a aceitar a ilusão de que ela é semelhante ou até mesmo igual a todo o resto do mundo, ela não vê necessidade de olhar para dentro si, já que acredita que seu Eu está disperso e perfeitamente sintonizado e mimetizado no ambiente à sua volta. No entanto, quando a pessoa não aceita essa ilusão e se liberta das correntes que a prendem no interior da caverna e caminha em direção à luz, inicialmente se sente cega e confusa com aquilo que vê, mas quando sua visão melhora, aprende a apreciar aquilo que descobriu. Quando descobri meu interior e minha subjetividade, percebi que aquilo era um caminho sem volta e que deveria passar a buscar aquilo que existe de diferente, não só em mim, mas nos outros também.

A diversidade sempre me interessou e as críticas a ela sempre me incomodaram. Quando eu tinha três anos de idade ouvi minha mãe dizer que havia um homem “de cor” sentando na esquina de minha casa. Senti um desconforto naquele momento, mas não sabia como explicar. Não conhecia o termo “racismo estrutural”, mas de algum modo intuí precocemente que algo estava errado naquela frase. No início do Ensino Médio, em um determinado dia, meu professor de História falava sobre o racismo e como o acesso à educação era diferente para pessoas negras, já que só havia um aluno negro na sala. Eu me assustei e olhei para o lado para ver quem era o aluno negro e me surpreendi com o fato de que um dos meus colegas, com quem eu já estudava havia cinco anos, tinha a pele escura. Eu nunca havia reparado nisso. Apesar de hoje saber que

existia uma grande alienação de minha parte em não reconhecer as diferenças que existem entre as pessoas e em como isso tem implicações, muitas vezes, negativas em suas vidas, a verdade é que a cor da pele de alguém nunca fez diferença para mim. Eu não pensava nas pessoas como sendo negras ou brancas. Naturalmente eu percebia a cor de suas peles, mas essas cores não eram assimiladas na minha mente para serem pensadas como identidades e muito menos como fundamento para justificar desigualdades.

Depois do Ensino Médio, ingressei no curso de graduação em Psicologia no Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Por ser uma universidade particular, esperei me deparar com o mesmo tipo de pessoas que encontrei na época da escola. Mas eu estava muito enganado. O curso era noturno e a maioria dos meus colegas trabalhava durante o dia para conseguirem pagar as mensalidades do curso. Havia pessoas negras, jovens, idosas, heterossexuais, homossexuais, lésbicas, algumas poucas ricas e outras tantas que estudavam com apoio de um financiamento estudantil de um programa governamental. Mesmo apreciando a diversidade, fiquei espantado. Ali estavam pessoas que eu considerava “reais”, representantes de segmentos da sociedade que antes escapavam ao meu convívio. Eu permaneci tanto tempo fechado em uma *bolha* que sequer tinha conhecido pessoas homossexuais e tampouco pessoas trans e travestis.

Já no final de minha graduação, procurei meu atual orientador para falar sobre a possibilidade de realizar um Mestrado. Ter de me defender por tanto tempo das agressões na escola me tornou mais habilidoso com as palavras, de forma que eu passei a gostar de expor minhas ideias verbalmente. Ser professor era um bom caminho para aprimorar essa habilidade. Logo no primeiro encontro, meu futuro orientador me ofereceu a oportunidade de colaborar em uma pesquisa internacional sobre a saúde da população trans. A pesquisa consistia em aplicar uma série de questionários em homens e mulheres trans. Para isso, passei um ano e meio frequentando um ambulatório que atende e oferece acompanhamento interdisciplinar para pessoas com questões relacionadas à saúde sexual. Entre as pessoas atendidas encontravam-se pessoas trans, que desejavam orientação acerca daquilo que vivenciam e/ou desejavam transicionar, submetendo-se a tratamento hormonal para aquisição de características fenotípicas associadas ao gênero ao qual se identificavam. Algumas delas desejavam ter acesso à cirurgia de redesignação sexual, mas esse procedimento só é realizado, atualmente, na cidade de São Paulo e em mais quatro outros hospitais universitários autorizados, espalhados pelo resto do país.

Para viabilizar as entrevistas eu utilizava a seguinte estratégia: todas as quartas-feiras eu chegava ao hospital e ia para o corredor onde os/as profissionais do ambulatório ficavam

concentrados/as antes de iniciarem as consultas e onde discutiam os casos clínicos em grupo. Eu checava quantos/as pacientes trans seriam atendidos/as no dia e em que horário. Quando o/a paciente entrava na sala de atendimento, já sabendo qual sala ele/a havia entrado, eu dava a volta e me sentava em um banco na sala de espera olhando atentamente para a porta da sala onde a pessoa estava se consultando. Quando ele/a saía eu o/a abordava e o/a convidava para participar da pesquisa. Nesse período apliquei questionários em 20 participantes e nunca obtive nenhuma recusa. Surpreendi-me e criei admiração pela coragem daquelas pessoas em remarem contra a “ordem” social. Mas, ao longo do tempo, algo começou a me chamar a atenção: ao aceitarem participar da pesquisa, muitas vezes aqueles/as pacientes me diziam: “Espera só um pouco que eu vou avisar o/a meu/minha namorado/a, que veio comigo, que eu vou ali com você”.

Quando eu olhava em direção aos bancos da sala de espera, muitas vezes se encontravam sentados ali os/as parceiros/as daqueles/as pacientes que vieram acompanhá-los/as no atendimento. No entanto, eles/as sempre permaneciam ali nos bancos, sentados/as e sem nunca serem chamados/as para participarem das consultas. Isso me intrigou, já que quando se trata de uma relação heteronormativa, uma mulher cis que acompanha o parceiro cis em uma consulta com o proctologista sempre entra na sala com ele. O contrário também ocorre: quando o homem cis acompanha sua parceira cis em uma consulta ginecológica, muitas vezes ele é convidado pelo/a médico/a para participar da consulta. Mas por qual razão médicos/as não chamavam os/as parceiros/as dos/as pacientes trans? Será que consideravam que pessoas trans não tinham parceiros/as fixos/as? Ou nunca pararam para pensar nisso? E o/a parceiro/a da pessoa trans: será que o mesmo processo de abjeção pelo qual passam as pessoas trans também os/as atingia? O processo de abjeção pode ser extensivo? Com esses questionamentos em mente terminei por me decidir a me inspirar nessa experiência para desenvolver o tema de minha Dissertação.

Nessa altura eu já frequentava as reuniões do grupo VIDEVERSO, Grupo de Ação e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, vinculado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde – LEPPS-FFCLRP-USP. No grupo tive contato com a chamada Teoria *Queer* e identifiquei nela a possibilidade de pensar a existência humana na direção da diversidade, algo que eu buscava há muito tempo. Decidi que essa perspectiva embasaria as discussões de minha pesquisa. Mas ainda me faltava o método, já que a Teoria *Queer* não proporciona procedimentos de pesquisa estruturados. Eis que, no ano de 2018, tive a oportunidade de cursar uma disciplina junto à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), que me apresentou a Teoria Fundamentada nos Dados. Vislumbrei nessa perspectiva a estratégia metodológica que eu precisava.

Considero que toda a trajetória que acabei de descrever me levou até meu estado atual de contemplação daquilo que é diverso. Ao me descrever, no início desse relato, não o fiz por acaso e sim por uma questão ética: não faço parte de qualquer grupo social minoritário discriminado, então não tenho o direito de falar do sofrimento do outro a partir de uma posição de quem considera que sabe o que este outro sofreu ou ainda sofre. No entanto, as agressões que eu sofri ao longo da vida tiveram como “efeito colateral” me tornar mais empático com o sofrimento dos segmentos vulneráveis. Já que estou em uma posição privilegiada, considero que é uma obrigação que eu faça uso dela para, de alguma forma, contribuir para valorizar a existência daqueles que não compartilham de meus privilégios. Com isso não almejo expropriar o “lugar de fala” de ninguém, mas atuar como aliado na tarefa de fazer com que as vozes silenciadas possam ser ouvidas. Uma direção que decidi seguir não apenas neste estudo, mas como um norteador em toda minha vida.

Em termos da organização desta Dissertação de Mestrado, a pesquisa está estruturada da seguinte forma:

Introdução – esse tópico é apresentado a partir de três estudos específicos, os quais remontam o percurso teórico que fundamenta o presente estudo: (1) **Estudo 1:** *Atravessamentos heteronormativos nos serviços de saúde que atendem a população trans e travesti*; (2) **Estudo 2:** *Mudanças no cenário da conjugalidade e “Por onde caminham os casais cis-trans e transcentrados?”*; (3) **Estudo 3:** *Metassíntese sobre as conjugalidades cis-trans e transcentradas*.

Método – nesse tópico são abordadas, com detalhes, as etapas do percurso metodológico do estudo, explicando o delineamento de pesquisa, o referencial teórico, o referencial metodológico, a caracterização dos/das colaboradores/as, instrumentos utilizados, procedimentos de coleta e análise de dados e os cuidados éticos envolvidos no desenvolvimento da investigação.

Resultados e Discussão – nesse tópico é apresentada a análise das entrevistas realizadas com os casais colaboradores. Os resultados são apresentados seguindo as orientações da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). É apresentado o *modelo paradigmático de análise*, cujo Fenômeno central foi nomeado como “Vivendo uma conjugalidade insubordinada”. Esse Fenômeno central guarda relação com 12 categorias temáticas. Os resultados são discutidos a partir da Teoria *Queer* e do conceito central de Heteronormatividade.

Considerações Finais – nesse tópico são apresentadas as elaborações finais da Dissertação de Mestrado, levando-se em consideração os aspectos relativos aos resultados do estudo e suas implicações e contribuições potenciais para a compreensão da vivência da relação conjugal de casais cis-trans e casais transcentrados. Também são apresentadas as limitações dos resultados obtidos no estudo.

Por fim, são apresentadas as referências utilizadas para fundamentar a pesquisa, bem como os apêndices e anexos do estudo.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Capítulo 1: *Atravessamentos heteronormativos nos serviços de saúde que atendem a população trans e travesti*

Em um país com uma política híbrida entre liberalismo e neoliberalismo, onde o acesso a esfera pública é enfraquecido diante de uma classe dominante que atua no interesse em se ver livre de limites para aumentar exponencialmente o acúmulo de bens e riquezas, à medida que empobrecem a maioria e suprimem direitos das minorias, é possível reconhecermos avanços na prestação de cuidados em saúde a um segmento marginalizado como as populações trans e travesti? Seriam esses avanços pequenos “acidentes de percurso” ou um indicativo de uma transformação social que ainda se mostra incipiente? O presente estudo pretende apresentar a trajetória das conquistas na atenção em saúde para a população trans/travesti no Brasil ao longo dos anos e discutir as barreiras e desafios encontrados para promover a continuidade das políticas públicas no atual cenário político-institucional.

Avanços e resistências

O filósofo idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel (2016) defendia uma visão na qual a realidade em que vivemos flui a partir de nossa consciência, de forma que o mundo é transformado a partir de nossas ideias. Nesse modelo (idealismo), ao longo de toda a história, sempre existiram e, segundo o próprio, sempre existirão momentos em que uma *tese* (uma situação ou circunstância dada) será confrontada por uma *antítese* (uma situação ou circunstância totalmente oposta). Do confronto em uma *tese* e uma *antítese*, resulta uma *síntese*, que é totalmente nova e carrega em si mesma elementos que são o produto deste embate. De maneira cíclica, essa *síntese* logo passa a ser confrontada por seu oposto, uma *antítese*, o que confere a ela o status de uma nova *tese*¹.

Considerando essa linha de pensamento, é esperado que quaisquer tipos de mudanças que ocorram dentro de um contexto específico enfrentem resistências. Por traz de toda tentativa de um possível avanço, existe sempre uma oposição tentando garantir que as coisas não mudem

¹ O modelo tese-antítese-síntese é uma simplificação da teoria original de Hegel expressa em obras como a *A ciência da lógica*, sendo que tal modelo jamais foi utilizado pelo filósofo alemão. Essa simplificação foi proposta por filósofos posteriores, como Popper (1940), a fim de tornar o complexo conceito de *dialética hegeliana* mais acessível.

(*status quo*) ou tentando regredir mudanças já operacionalizadas, ainda que o processo histórico em si nunca regrida. No que tange a trajetória da assistência à população trans/travesti não é diferente: os movimentos sociais e alas mais progressistas do governo sempre se articularam no sentido de ampliar e aprimorar as estratégias e dispositivos de atendimento em saúde para essa população, enquanto os setores mais conversadores sempre atuaram como oposição a isso.

No início dos anos 1980, com o advento da epidemia de Aids, os programas de saúde pública voltaram suas atenções para homossexuais, lésbicas e pessoas trans e travestis por conta dos significativos números de casos da doença diagnosticados nestas populações, tendo sido elas rotuladas como “grupos de risco”. O período de perplexidade e turbulência que agitou a comunidade LGBT (acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) em todo o mundo colocou a nu séculos de preconceito, discriminação, intolerância e violência contra os indivíduos que não estão em conformidade com os estereótipos de gênero. Também foi exposto que um dos efeitos perversos do preconceito e da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero é o acesso restrito aos recursos de saúde e de educação (Gianna, 2010).

Esse panorama começou a mudar nas últimas décadas. Já a partir dos anos 1990 ocorreu um aumento no número de manifestações e articulações públicas que tinham como foco a luta pelos direitos dos segmentos populacionais mais discriminados da sociedade, como as mulheres, os *gays*, as lésbicas, as travestis e as pessoas trans. O incremento da organização social das, assim chamadas, *minorias sexuais*, foi acompanhado pela multiplicação de ações afirmativas que pautaram a agenda política da sociedade civil (Facchini, 2009). Desta forma, entendendo esses grupos como vulneráveis, as ações de saúde passaram a ser voltadas para a diminuição dessa alegada vulnerabilidade, além da estruturação de medidas para combater a discriminação social (Gianna, 2010).

Entre os impactos das medidas adotadas, podemos destacar, no âmbito da saúde, a autorização da cirurgia de transgenitalização em 1997 pela Resolução nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM) (1997). Anos mais tarde, já em 2008, seguiu-se a implementação do Processo Transexualizador do SUS, por meio da Portaria nº 1.707/GM/MS (2008) e da Portaria nº 457/SAS/MS (2008), o qual passou a ofertar procedimentos e intervenções voltados para mulheres trans, sendo que em 2013, por meio da portaria 2803, foi incorporado o atendimento e assistência a homens trans e às travestis, passando a oferecer procedimentos cirúrgicos como mastectomia (ressecção das mamas), tireoplastia (redução do pomo de Adão) e neofaloplastia (construção do pênis), além da hormonioterapia (Rocon, Rodrigues, Zamboni, & Pedrini, 2016). Destacamos também o importante ano de 2009, quando se deu a implantação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, surgido pelas mãos do Centro

e Referência e Treinamento DST/Aids-SP (CRT DST/Aids-SP). Este ambulatório inaugurou a criação de serviços de atenção à saúde trans e travesti especializados em todo o país.

A oferta de serviços especializados é mais do que justificada se nos apoiarmos nas doutrinas que alicerçam o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo elas a universalidade, a integralidade e a equidade. A universalidade diz respeito a garantia de atendimento a todos os indivíduos, independentemente de sua cor, raça, religião, status social e gênero. A integralidade, por sua vez, refere que o atendimento deve considerar o indivíduo de maneira integral, entendendo que seu adoecimento é multifatorial e que envolve inúmeras situações que ele vivencia ao longo de sua existência. Também se preconiza não apenas a “cura” das patologias, mas também a prevenção (Zioni & Almeida, 2008). Já a equidade pensa a necessidade dos diferentes grupos sociais terem consideradas as especificidades de suas formas de viver e adoecer, além de apresentarem problemáticas que lhes são peculiares.

Uma vez que as doutrinas do SUS orientam a prática dos profissionais da saúde pública, à primeira vista seria provável pensar que a reverberação delas garantisse um atendimento individualizado, respeitoso e digno. No entanto, pensar isso seria ignorar o movimento oposicionista inerente a dialética que permeia toda a história, como citado anteriormente. Esta oposição ocorre tanto dentro de um contexto de Estado quanto das vidas individuais.

Ilustrando aquilo que é dito, Rocon et al. (2016) pontua que o Processo Transexualizador do SUS ainda não se encontra disseminado em todos os estados e regiões do País, existindo até mesmo serviços de referência dissociados do processo, o que se reflete em inúmeras dificuldades no acesso a esses serviços. Políticas e procedimentos considerados essenciais tendem a ser negados ou dificultados, como, por exemplo, o acesso a cirurgia de redesignação sexual, o que é revelador de uma “falha” de ordem pública. Uma “falha” intencional, ressalta-se. Essa “falha” tem reverberado também na má distribuição dos serviços hospitalares e ambulatoriais de referência no território nacional, uma vez que a maioria deles se concentra nas regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste. Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) ainda destacam a desigualdade de acesso para pacientes habilitados a realizar a cirurgia de redesignação sexual. Segundo as pesquisadoras, a esmagadora maioria das pessoas autorizadas a realizar o procedimento reside em estados da federação onde se encontram os hospitais universitários que realizam a cirurgia. Além disso, atualmente, apenas cinco instituições estão habilitadas a executar o procedimento no país (Guimarães, 2013), o que tem produzido filas de espera de até 15 anos. Essa situação inaceitável confirma que o princípio da equidade, um dos marcos definidores do SUS, está longe de ser contemplado.

Saindo de um nível administrativo e pensando na prestação de serviços em si, é notório, em trabalhos como o de Silva, Silva, Coelho e Martiniano (2017), que os profissionais da saúde ainda resistem em adotar uma postura receptiva e sensível no atendimento a pessoas trans e travestis. As autoras chamam atenção para o processo de culpabilização apregoado contra travestis que fazem uso indiscriminado de hormônios e daquelas que injetam silicone industrial. Ao invés de buscarem compreender estas práticas como resultado de uma situação de vulnerabilidade perpetrada pelo contexto em que vivem, existe uma noção, da parte dos profissionais de saúde, de que as travestis se colocam propositadamente nessas situações de precariedade, de forma que não deveria haver boa vontade para quem “se coloca em risco”.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) também destacam que uma das formas mais comuns de discriminação vivenciadas por pessoas trans e travestis nos serviços de saúde é a recusa dos profissionais (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros) em utilizar o nome social do/da paciente, tanto no momento em que ele/ela é chamado/a na sala de espera, quanto durante as consultas. O temor de serem expostos/as de maneira constrangedora na frente de outros pacientes e o sentimento de falta de empatia e de acolhimento da parte dos profissionais, desestimulam a procura dos centros de referência para consultas e exames preventivos, o que acaba aumentando a vulnerabilidade destas populações para doenças infectocontagiosas, como as hepatites B e C, sífilis e HIV.

Garantir o acesso digno à saúde a quaisquer populações que sejam deve ser visto não apenas como um exercício de ética profissional ou obrigação de Estado, mas também como um exercício de liberdade. Isso porque, assim como pontua a filósofa Hannah Arendt (2004), o princípio da liberdade é a garantia do acesso a esfera pública, isso porque a liberdade não está na individualidade e sim na coletividade. Dentro da esfera pública estão contidos, entre outras coisas, os direitos desta coletividade, os quais deveriam encontrar no Estado o seu guardião central. A partir do momento em que o Estado é incapaz ou se nega a garantir estes direitos, o acesso ao público é interrompido e a liberdade desaparece. Desta maneira, é fácil compreender que o Estado brasileiro, ao não oferecer atendimento especializado, amplo e bem distribuído territorialmente, coloca pessoas trans e travestis em uma situação de privação da liberdade, onde até mesmo o direito de ir e vir é ameaçado pela restrição de acesso aos espaços públicos.

O tema “liberdade” é especialmente sensível em um país que passou por uma redemocratização recente e que continua existindo com características de um tempo anterior de repressão política e social. Segundo Mello, Irineu, Froemming e Ribeiro (2013), o conjunto de políticas neoliberais iniciada no governo Collor no ano de 1989, continuaram a reverberar durante o governo Lula (ainda que o mesmo tenha uma característica mista de liberalismo com

neoliberalismo). De maneira sintética, políticas neoliberais limitam a interferência do Estado na esfera pública sobre o pretexto de uma suposta “liberdade de mercado”, a qual, no fim das contas, beneficia apenas um grupo muito seletivo de indivíduos que detém o controle dos meios de produção. Nestas condições, assuntos que deveriam ser de interesse da coletividade acabam extirpados e transferidos para uma esfera privada. Seria uma maneira elegante de dizer às minorias sociais: “Seus problemas devem ser resolvidos na intimidade de vocês. Nós não devemos interferir”².

O que está sendo dito pode ser observado no contexto do antigo projeto Brasil Sem Homofobia lançado no ano de 2004 e cuja execução programática era parte do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. O problema aqui é que a execução do planejamento foi centralizada, tanto em termos de diálogo como financeiro, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o que configura uma transferência de responsabilidades do Estado para terceiros. Na verdade, de forma geral, as ações voltadas para a população LGBTQIA+ no Brasil sempre estiveram preponderantemente nas mãos de ONGs, o que, se por um lado pode ser positivo, dada a autonomia que é garantida às mesmas, é extremamente problemático em contextos onde o ambiente institucional encontra-se sobre o controle de políticas mais conversadoras que ameaçam extingui-las (Mello, Irineu, Froemming & Ribeiro, 2010). Além disso, é evidente que esta desresponsabilização do Estado contribui para a desarticulação de políticas afirmativas como o Processo Transexualizador, o qual até hoje não foi assumido por inúmeros estados e municípios.

Por que abjetar e quais os efeitos disso?

Toda sociedade é governada por leis. Algumas estão escritas no papel e outras são invisíveis. Tão invisíveis que não são percebidas pela maioria das pessoas. Cumprir ou não cumprir as leis costuma ser um dos maiores “termômetros” para definir se um indivíduo pode ser considerado um “cidadão de bem” ou não. A grande questão é que para que existam as leis, assim como discorre o filósofo Michel Foucault (2008), é necessário que exista uma relação de poder: existe alguém para criar a lei e existe alguém que lhe deve obediência. Não existe uma negociação entre as partes. O que existe é uma disciplina: é por meio da disciplina, que limita

² Nos Estados Unidos foi cunhado o curioso termo “homofobia liberal”. O termo se refere ao discurso liberal de que a homossexualidade deve ser aceita desde que seja mantida em uma esfera privada. Em um sistema liberal, a sexualidade é vista como um assunto que deve ser mantido fora da esfera pública e, portanto, de qualquer responsabilidade do Estado (Norris, 1991).

os espaços e encarcera os corpos, que as relações de poder são mais facilmente observáveis. É nas relações de poder que o binômio opressor-oprimido emerge, sendo o opressor o detentor do poder como verdade e o oprimido aquele que reproduz esta suposta verdade. Não estamos falando de uma justiça entre semelhantes, uma vez que a ideia de semelhantes sequer existe nessa relação. Dito isso, não há como abordar questões de sexualidade ou de gênero sem abordar uma lei não escrita fundamental para compreender a aversão e “má vontade” contra pessoas trans e travestis (e demais identidades da sigla LGBTQIA+): a Heteronormatividade.

A Heteronormatividade, termo inaugurado por Michael Warner (1991) na obra *Fear to Queer Planet: queer politics and social theory*, é referido pelo autor como sendo uma crença que surge a partir do privilégio desfrutado pela cultura heterossexual em interpretar a si própria como exemplar na sociedade. Essa cultura pensa a si mesma como uma forma elementar nas relações humanas e entre os gêneros, como uma base inquebrável da sociedade e como aquela que porta os mecanismos de reprodução sem os quais não haveria continuidade da vida.

Judith Butler (2015), filósofa pós-estruturalista e grande expoente dos estudos de sexualidade e gênero na contemporaneidade, entende a Heteronormatividade como estando pautada no que ela denominou como “matriz sexual compulsória”, em que ela declara a existência de uma crença generalizada na coerência mimética entre o sexo anatômico, o gênero, o desejo e as práticas sexuais. O corpo (em especial os genitais) torna-se o destino do gênero: o pênis produz o homem heterossexual e a vulva produz a mulher heterossexual. A Heteronormatividade, portanto, produz o corpo, o demarca e o diferencia dos outros corpos, diferenciação esta que resume estes corpos às categorias “homem” e “mulher”, o que é denominado de *binarismo de gênero*. Quaisquer infrações a esta lei binária têm potencial para produzir punições em diversas esferas.

O trabalho de Bento (2012) é hábil em evidenciar os efeitos do rompimento com esta lógica binária nos serviços especializados. A autora argumenta que a atuação dos profissionais com a população trans e travesti é guiada por estereótipos de feminilidade e masculinidade, onde os profissionais tendem a valorizar aspectos biológicos em detrimento da subjetividade dos pacientes. Desta forma, a cirurgia de redesignação sexual é muitas vezes imposta pela equipe ao paciente trans mesmo que ele não reconheça a intervenção como parte de sua demanda. Operar os genitais seria a solução binária para “adequar” o indivíduo ao seu gênero “correto”. Uma estratégia heteronormativa travestida de boas intenções.

Seja como mediadora da sexualidade ou do gênero, a Heteronormatividade adentra as relações interpessoais e até mesmo a forma de desejar dos indivíduos de maneira desapercibida por eles devido a sua característica de expressar-se como coerente e pouco caricatural (Warner,

1991). Ela é sentida como a “normalidade” dos sujeitos, de maneira que até o sujeito mais bem intencionado e que se julgue não-heteronormativo a reproduz em suas práticas sociais. Ao mesmo tempo, ninguém é abençoado por ela: o sujeito heteronormativo é ilusório e ninguém está perfeitamente alinhado com a norma, sendo que a busca por esse alinhamento é algo que faz com que todos sofram. Um sofrimento que emerge da perda da liberdade identitária e da negação da fluidez do pensamento humano, o qual é forçado a crer em uma identidade estável e bem acabada.

E já que o tema “liberdade” retorna a nossa discussão, é prerrogativo compreender que a norma heteronormativa é materializada e reiterada a todo momento nas relações, incluindo na relação entre o sistema de saúde e o paciente. É possível visualizar essa relação em algumas das condições estabelecidas pela Resolução nº 1.482/97 do CFP a respeito da cirurgia de redesignação sexual. Entre elas, destacam-se a necessidade de haver um diagnóstico de “transexualismo”³, um acompanhamento do paciente por uma equipe multidisciplinar, psicoterapia **obrigatória** com duração mínima de dois anos e uma idade mínima de 21 anos de idade (Malsoud, Passos, & Pegoraro, 2014). O grifo na palavra “obrigatória” não é ocasional: os/as pacientes trans e travestis, independentemente de suas crenças, percepções e tempo de vivência da própria transgeneridade/travestilidade devem se submeter de maneira coercitiva a um processo clínico para que o Estado lhes ofereça o direito de se operarem sem custos⁴. Ainda que o objetivo real não seja declarado, é visível o interesse em avaliar e julgar como “verdadeira” ou “falsa” a transexualidade ou travestilidade dos/das pacientes, usando, para isso,

³ A Código Internacional de Doenças (CID) em sua 10ª versão (versão do documento em vigor) inclui a categoria denominada “Transtorno da Identidade Sexual”, na qual o “Transexualismo” está descrito como um desses transtornos. O documento apresenta a pessoa trans como “transtornada”, tomando como base simplesmente a sua “condição” de ser trans, ou seja, alguém que desafia a convenção cultural do ajustamento idealizado entre gênero e anatomia. Destaca-se também a acentuação da “identidade transexual” como sendo aquela na qual o indivíduo necessariamente rejeita seu órgão genital, fazendo crer que o conceito de gênero está atrelado, de maneira inextricável, à anatomia. Sobre essa questão, Petry (2015) refere que os critérios diagnósticos que tomam como base a aversão aos órgãos genitais são altamente criticados, uma vez que eles sujeitam os indivíduos a uma doutrina diagnóstica disciplinadora que cria modelos normativos da maneira como o corpo deve ser sentido e percebido em favor das demandas sociais, o que impede que outras possibilidades de existências de gênero se façam perceber e possam ser reconhecidas. Na nova revisão da CID, em sua 11ª Edição (versão que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022) a experiência trans foi transferida da categoria de transtornos mentais para a de “Condições relacionadas a saúde sexual”, passando a ser nomeada como “Incongruência de Gênero”. Essa mudança pode ser considerada uma evolução em relação a versão anterior, mas inúmeras questões ainda devem ser pensadas, como se existe realmente a necessidade de diagnosticar uma identidade de gênero com a finalidade de garantir a ajuda que a pessoa trans/travesti necessita.

⁴ A cirurgia pode ser realizada com recursos próprios em clínicas particulares no Brasil ou em instituições internacionais, como na Tailândia.

critérios pouco claros e que, como aponta Bento (2012), estão norteados por uma lógica heteronormativa de controle dos corpos⁵.

Os efeitos desse controle têm repercussões perversas que talvez possam ser sintetizadas pela palavra “abjeto”. Esse termo, como revisto por Butler (2015), compreende aquele indivíduo cuja identidade sofre do processo de abjeção, sendo que esta “[...] relaciona-se a todos os tipos de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler, 2015, p. 32). Aquilo que é abjeto deve ser descartado para que não contamine os demais. Desta forma, o indivíduo abjeto passa a temer a exclusão, uma vez que a sua existência é vista pela sociedade como uma ameaça à ordem que impera nela mesma e o indivíduo alinhado a essa ordem passa a temer pela perturbação de sua própria identidade. A presença do abjeto coloca em xeque a ilusão heteronormativa que anteriormente naturalizou um tipo específico de identidade. Quando confrontada com uma identidade abjeta, a identidade pretensamente normativa é interrogada em sua validade e o efeito imediato é quase sempre a violência imputada contra o abjeto e o deslocamento do mesmo para a uma zona de apagamento⁶.

Essa zona de apagamento se reflete em dados alarmantes de violência praticada contra pessoas trans e travestis. No cenário mundial, a organização que monitora os assassinatos das pessoas trans e travestis pelo mundo é a TransGender Europe (TGEU), uma organização não-governamental⁷. Segundo dados da organização, o Brasil foi responsável, isoladamente, por 356 mortes entre 2008 e 2011 (39,8% dos assassinatos de pessoas trans registrados no mundo), sendo considerado o país que mais mata essa população no mundo, em números absolutos (TGEU, 2012). A maior parte dos crimes praticados contra travestis e mulheres trans (16,42%) ocorrem no espaço público das ruas, sendo que grande parte dessas vítimas atuava como profissionais do sexo (27,82%). Os dados ainda revelam que a maior parte desses crimes foi

⁵ Complementarmente a isso, o paciente trans é uma enorme afronta à prática médica tradicional, uma vez que muitas vezes ele já chega ao atendimento com seu “diagnóstico” em mãos (a condição trans/travesti) e os caminhos que ele deseja seguir durante o tratamento, o que destitui o médico como o sujeito do saber no contexto do atendimento.

⁶ Talvez uma das maiores contribuições de Judith Butler para pensar o abjeto seja sua oposição ao conceito de abjeção da psicanalista Julia Kristeva (1982), que pensa o abjeto como aquele que foi dissociado e não pode retornar ao campo da cultura, a não ser de forma traumática. Ao invés disso, Butler (2019) pensa o abjeto como aquele que luta para existir neste campo e cuja presença nele é sentida como uma ameaça por aqueles indivíduos que são considerados “sujeitos”. Desta maneira, Butler contribui para desmistificar a ideia de que pessoas que compõem a sigla LGBTQIA+ são invisíveis socialmente, já que, se o fossem, não haveria tanto esforço para colocá-las em uma zona periférica da sociedade.

⁷ Jesus (2014) aponta para a escassez de dados globais captados por órgãos governamentais oficiais acerca da violência sofrida pelas populações trans e travesti, o que apenas corrobora a tese de omissão do Estado para com as demandas delas. No Brasil, o Grupo Gay da Bahia (GGB) tem se destacado desde os anos 80 como um dos principais agentes de informação estatística não-oficial das condições que a minorias sexuais e de gênero tem vivido no Brasil.

planejada, uma vez que 39,99% das travestis foram assassinadas a tiros. Não bastando esses dados para revelar o descaso do poder público em garantir os direitos básicos de ir, vir e existir, 5,15% das pessoas trans e travestis foram assassinadas pelo método arcaico do apedrejamento, inclusive em atos de linchamento coletivo.

Dados mais recentes (2017-2018), sistematizados pela referida organização internacional (TGEU, 2018), dão conta de que 47% das mortes notificadas no mundo aconteceram no Brasil, o que faz o país liderar o ranking mundial de assassinatos de travestis e pessoas trans. No período de outubro de 2017 à setembro de 2018, foram registrados 167 assassinatos. Como efeito desta violência, Antunes (2010) aponta que a expectativa de vida das pessoas trans e travestis no Brasil é de 35 anos, enquanto a da população geral é de 74,9 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013).

Para onde estamos indo?

Os dados apresentados revelam uma força ativa de eliminação das populações colocadas sobre a condição de abjeção. A abjeção não é uma condição natural e sim uma condição imposta pelo meio. Se os altos índices de violência e desarticulação das políticas públicas de apoio a população LGBTQIA+ refletem o contexto que impõe essa abjeção, é evidente pensar que uma certa condição institucional (*status quo*) está sendo mantida para que isso ocorra. Essa condição é historicamente observada no Brasil no que tange o histórico de nossa frágil democracia e nossas inclinações totalitárias. Não é difícil nos condicionarmos ao totalitarismo. Assim como Hannah Arendt (2013) discute, o cerne deste sistema é a cisão da população, ou seja, o seu isolamento, onde todos são colocados em posição de oposição, de forma que, tal como o gênero, a sociedade torna-se binária: existe o herói e o vilão, o salvador e aquele que nos leva para a perdição.

A eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018 denota a ascensão ao poder do conservadorismo de extrema-direita e das políticas neoliberais que buscam a manutenção do privilégio das classes sociais mais abastadas, como daqueles segmentos da sociedade que são avessos às mudanças nas estruturas sociais, uma vez que elas lhes garantem tanto conforto quanto possível. São grupos que não estão abertos ao diálogo ou sujeitos a praticar e encarar as contradições inerentes à Política e, por conseguinte, a liberdade. São aqueles a quem Arendt (2013) chama de “ralé”: indivíduos movidos pela agressividade e pelo desejo de fazer valer seus desejos, não se importando em aderir a um regime no qual apenas uma elite pode governar e se perpetuar no poder, enquanto que os demais devem se submeter. Se é natural para esses

indivíduos destituírem a liberdade de existir daqueles que lhe fazem oposição, não é estranho que também invistam contra aqueles que se opõem ao binarismo de gênero e, por extensão, à premissa da Heteronormatividade.

Falácias como a destruição da “família tradicional brasileira”⁸ e dos valores morais, do incentivo à homossexualidade nas escolas e da disseminação de uma bizarra “ideologia de gênero” são parte de uma agenda conservadora que busca sustentar um *status* de sociedade que só existe na fantasia daqueles que a defendem. O movimento oposicionista é parte de uma dialética que percorre e sempre percorrerá toda a nossa história, mas é válido lembrar que justamente pela natureza desta dialética, as mudanças não cessam nunca. E muitas dessas mudanças podem ser consideradas positivas.

No interior das políticas públicas destacam-se como vitórias a garantia do uso do nome social pelos serviços de saúde desde o ano de 2009 pela Portaria nº 1.820/2009 e a garantia do uso do nome social nos locais de trabalho e a regulamentação do uso de banheiros pela Portaria nº 1.036/2015 (Freire, Araújo, Souza, & Marques, 2013). Há de se mencionar também o debate atual e já bem adiantado de estender a proteção oferecida pela lei Maria da Penha para mulheres trans e travestis vítimas de violência.

No que tange o debate acerca da prestação de serviços de saúde, no dia 9 de janeiro de 2020, o Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou novas normas com o objetivo de ampliar o acesso a cirurgia de redesignação sexual e ao atendimento básico para pessoas trans e travestis. A resolução 2265/2019 (CFM, 2019) infere a substituição do termo “transexualismo” presente na CID-10 pelo termo “incongruência de gênero” presente na nova CID-11. No que tange à cirurgia de redesignação sexual, o documento prevê a realização do procedimento cirúrgico a partir dos 18 anos, em oposição aos 21 anos previstos na lei atual, e com acompanhamento prévio mínimo de um ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Ele também prevê a adoção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), que buscará elaborar e centralizar o conjunto de propostas terapêuticas articuladas do paciente, o qual deve ser objeto de discussão coletiva da equipe multiprofissional e interdisciplinar com participação de cada paciente e/ou de seus responsáveis legais, no caso de menores de idade. Em se tratando destes últimos, a resolução prevê que jovens a partir dos 16 anos tenham a disponibilidade de iniciar

⁸ Gilberto Freyre (1981) relata que a família brasileira se constituiu, desde os primórdios da colonização, no interior de um regime patriarcal, no qual o núcleo familiar é formado por um pai (o patriarca), uma mãe e seus filhos. Nesse modelo de família, eminentemente heterossexual e controlada por um homem, popularizou-se a primogenitura, em que o filho mais velho herda todas as terras do pai e dá continuidade a seu nome. Assim sendo, a procriação ganhou caráter tanto simbólico como econômico, o que ajuda a explicar a atual aversão às famílias formadas por homossexuais ou lésbicas sob o argumento de que esses casais não podem procriar naturalmente.

uma terapia hormonal com o intuito de adquirirem caracteres fenotípicos associados ao gênero ao qual se identificam. Para crianças e adolescentes na puberdade, também é prevista a possibilidade do bloqueio hormonal com a finalidade de interromper o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários do sexo biológico.

É válido dizer que o posicionamento do CFP não tem efeito de lei, de forma que as normativas trazidas no documento necessitam de análise prévia de inúmeros órgãos antes de serem adotadas pelo SUS. No entanto, é importante considerarmos que de fato existe um movimento buscando adotar medidas concretas para ampliar e melhorar tanto a esfera da saúde como a vida da população trans e travesti de maneira geral. Em um contexto onde as práticas institucionais tendem a corroborar com o mecanismo heteronormativo de controle da vida e dos corpos, verificar uma mudança de postura de um dos órgãos que mais tendem a incorporar tal mecanismo, dado os interesses conservadores e elitistas existentes na tradição médica, de fato é um sopro de esperança.

Concluindo (ou continuando...)

Por meio deste estudo, buscamos defender uma visão de que o ambiente e os processos que nos cercam não são dotados de estabilidade e sim de um movimento constante que hora parece aproximar-se de um campo onde as vidas podem ser preservadas e hora se aproxima de outro onde elas podem ser apagadas. Essa visão dialética da realidade, no que se refere ao acesso a esfera da saúde e, portanto, da manutenção da vida de pessoas trans e travestis, tem duas funções específicas. A primeira, é mostrar que a história não está fadada a permanecer a mesma e nem se repetir, assim sendo, por mais que nosso atual ambiente institucional esteja dominado por uma força neoliberal, nossos recursos de enfrentamento não são os mesmo de outrora. Embora exista de fato uma força social que busque empurrar as ditas “minorias” para uma zona de apagamento, é verdade também que existe outra que se alia as mesmas para ajudá-las a atingir e trafegar pela esfera pública. Nós podemos representar essa força e nós podemos materializá-la em nossas práticas enquanto profissionais de saúde. Adotar uma postura empática, de escuta ativa e buscar pelo conhecimento da maneira como vivem estas minorias são algumas destas práticas. São simples em sua concepção, mas complexas em sua operacionalização.

A segunda função é nos alertar de que as conquistas não são estanques: elas podem ser tomadas de nós. Para cada conquista existe uma oposição, uma antítese. Longe de querer instaurar pânico, essa compreensão nos alerta para a necessidade de garantir cada vez mais a

busca e manutenção de um ambiente institucional que não ameasse os progressos obtidos ao longo do tempo. Desta maneira, garantir o acesso a saúde, múltiplo e equitativo, passa necessariamente pela manutenção da democracia. Se o Estado é democrático, a esfera da saúde também tende a ser.

Entre idas e vindas, progressos e percalços, o atendimento à população trans e travesti no Brasil de fato caminhou e caminha para uma posição interessante de progresso, especialmente se compararmos a inexistência de quaisquer serviços do tipo antes da década de 80. Não obstante, também devemos observar que as resistências em introjetar o Processo Transexualizador em todo o território nacional, a insuficiente quantidade de serviços especializados e a má distribuição deles é um alerta de que ainda existe progresso a ser feito.

2.2. Capítulo 2: *Mudanças no cenário da conjugalidade e “Por onde caminham os casais cis- trans e transcitrados?”*

O amor, simultaneamente, procede a palavra e precede a palavra. Trata-se de um interessante problema, uma vez que há culturas em que não se fala de amor. Mas mesmo nestas culturas, em que não se fala de amor e que o amor não emergiu enquanto noção, será que, verdadeiramente, não existe amor? Ou será que sua existência decorre do não dito? (Morin, 2008, p. 17)

Independentemente do vértice de análise adotado para olhar para as conjugalidades, nota-se uma tendência crescente nas últimas décadas de valorizar o sentimento como componente fundamental da experiência amorosa. Foucault (1998) argumenta que já existia na Antiguidade grega uma possibilidade de vivência integrada entre as dimensões do afeto e da sexualidade. Todavia, esses contornos ficaram mais nítidos a partir do século XII, quando o amor passa a ter uma identidade que lhe dá certa autonomia em relação às interações sociais (Oltmani, 2009). É a partir desse período que o sentimento amoroso passa a ser entendido e vivido com mais liberdade e de modo a não depender mais de outras injunções, uma vez que basta a si próprio. As relações conjugais passam pouco a pouco a representar o lugar privilegiado que abriga o amor e legitima a dimensão carnal-sexual do vínculo amoroso na perspectiva religiosa (Giddens, 1993).

Os relacionamentos afetivos e o casamento como instituição ganharam centralidade na organização social, tendo seus significados redescritos e continuamente transformados ao longo dos tempos (Scorsolini-Comin & Santos, 2012). A busca pela felicidade pela via do vínculo amoroso constitui um ideal da pós-modernidade valorizado e buscado pelos jovens, que de

modo crescente têm buscado estreitar os laços afetivos e da conjugalidade (Jablonski, 2007), embora em bases mais igualitárias do que das gerações anteriores e menos submetidos a convenções sociais e ditames moralizantes.

Apesar disso, as inúmeras transformações sociais nas últimas décadas têm exercido efeito direto sobre as prioridades e projetos de vida dos indivíduos, fazendo com que a situação de se engajar em um relacionamento afetivo estável e duradouro tenha se tornado um dilema. Guerreiro e Abrantes (2005) destacam que o processo de entrada para a vida adulta na atualidade sofreu um atraso, ao mesmo tempo que a juventude foi prolongada devido a inúmeros fatores, dentre os quais destacam-se: a necessidade de buscar um ensino acadêmico estendido, o que inclui o ensino superior e especializações; o desejo de realização profissional e ao mesmo tempo a dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho e manter-se economicamente estável; e a alteração nos papéis de gênero impostos, de forma que as mulheres têm adiado seus planos de maternidade em detrimento da consolidação de sua carreira profissional.

As inúmeras mudanças concernentes à vida adulta e as consequentes remodelagens dos objetivos e metas de vida a longo prazo de homens e mulheres cis têm adiado o projeto de unir-se a alguém em matrimônio ou em uma relação reconhecida como estável. Para além desse adiamento, Neves, Dias e Paravidini (2013) destacam ainda a existência de um temor frente à condição de permanecerem juntos, sobretudo permanentemente, por não saberem se serão capazes de abdicar de suas liberdades individuais, as quais são amplamente valorizadas na sociedade atual. Lasch (1998) chama a atenção para aquilo que designa como a “cultura do narcisismo”, na qual os desejos individuais não encontram limites e ameaçam anular o outro, engajando o indivíduo em uma busca constante e interminável por cada vez mais sucesso, trabalho, dinheiro, amor e felicidade. À medida que essa cultura reverbera não só nas pessoas de maneira isolada, mas também nos casais, o conflito entre a individualidade e a conjugalidade está posto como um desafio a ser enfrentado no bojo da própria sociedade.

Este conflito, ainda que se revele fonte de angústia, também está no cerne da circunstância conjugal, na qual se entende que a união não anula as individualidades identitárias dos membros do casal e ao mesmo tempo faz emergir uma terceira identidade, chamada por Féres-Carneiro (1998) de “identidade conjugal”, a qual geralmente é referida na literatura sobre casamento e terapia de casal como *conjugalidade*.

Apesar dos paradoxos contemporâneos supracitados, observa-se que permanece o desejo das pessoas em se relacionarem de forma íntima e amorosa, bem como a persistência da instituição do casamento e da valorização da fidelidade (Jablonski, 2007; Lipovetsky, 2004;

Mosmann, Lomando, & Wagner, 2010). Uma demonstração clara dessa realidade pode ser observada no aumento significativo do número de casamentos no Brasil, ainda que este venha acompanhado pelo aumento dos divórcios (Silva, Scorsolini-Comin, & Santos, 2017).

A conjugalidade pode ser amplamente associada a uma busca pela felicidade existencial, uma vez que esta busca parece enxergar nos relacionamentos afetivos, supostos como um estado de plenitude, união e felicidade, um mecanismo de enfrentamento ao sentimento de desamparo. Este sentimento é amplamente discutido por Fortes (2009), que o considera um elemento proeminente na sociedade atual e que está relacionado com as incertezas vivenciadas pelos indivíduos em consequência da perda das referências tradicionais. Sendo assim, existiria nos indivíduos a expectativa de encontrar no outro a realização de um ideal de felicidade, ou seja, a completude para a “parte” desamparada que subsiste no interior de cada um.

Já foi consistentemente demonstrado pela literatura a associação entre a conjugalidade e o bem-estar dos indivíduos (Scorsolini-Comin & Santos, 2012). O Bem-Estar Subjetivo (BES), que é descrito por Scorsolini-Comin, Fontaine, Barroso e Santos (2016) como uma estrutura tripartite, formada pelo julgamento cognitivo da satisfação da vida e dos afetos positivos e negativos (referidos como experiências emocionais), aparece em maiores níveis em pessoas casadas ou em uma relação consensual do que nas pessoas divorciadas, viúvas ou que nunca se casaram (Díaz Llanes, 2001).

Aos investigarem os determinantes empíricos da felicidade no Brasil, Corbi e Menezes-Filho (2006) conseguiram inferir que os indivíduos casados se mostram mais felizes, na média, do que os demais. Myers (1999), por sua vez, supõe que a conjugalidade e a felicidade podem estar associadas devido ao fato de a conjugalidade ser capaz de reforçar a autoestima do indivíduo, ao mesmo tempo em que cria cenários de maior intimidade por meio de relações duradouras e de apoio mútuo entre os cônjuges.

O fator emocional também se revela fundamental na discussão sobre o tema da longevidade conjugal, um dos principais imbróglis enfrentados pelos casais, que se veem temerosos diante da efemeridade das relações maritais e da facilidade com que o processo de divórcio tem sido concebido e praticado na contemporaneidade. Segundo Fernandes, Guimarães, Simas, Machado e Soares (2011), entre os fatores mais relevantes para a determinação da longevidade de uma relação conjugal estão os sentimentos positivos em relação ao cônjuge, enquanto Sharlin, Kaslow e Hammerschmidt (2000) destacam o sentimento de responsabilidade mútuo e a existência de amor entre o casal como elementos comuns às uniões duradouras.

Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt e Shalin (2004) conduziram um estudo multicultural envolvendo casais cis de oito países diferentes, o que lhes permitiu um maior aprofundamento na compreensão dos fatores associados à satisfação conjugal em casamentos de longa duração (definidos como aquelas uniões que duram acima de 20 anos). Os autores destacam que relacionamentos duradouros se mantêm a partir da combinação de fatores específicos, destacando-se os recursos individuais e sociais, além dos recursos do próprio casal. A respeito dos recursos individuais e sociais, ressaltam-se as seguintes conclusões: a maioria dos casais que se consideravam satisfeitos com a relação tinha boas referências do relacionamento de seus pais, sendo que estes duraram em média 39,5 anos; todos os casais satisfeitos eram praticantes de uma religião, enquanto a maioria dos insatisfeitos não era; e metade dos casos extraconjugais relatados ocorreram em relacionamentos classificados como insatisfatórios. No que concerne os recursos do próprio casal, destacaram-se: o índice de satisfação conjugal era maior nos casais que apresentavam maior coesão, proximidade e demonstração de afeto; e casais satisfeitos dispunham de melhores estratégias de resolução de conflitos e maior nível de comunicação (Norgren et al, 2004).

Considerando a multiplicidade dos fatores associados pelas pesquisas com a satisfação conjugal e o sucesso dos relacionamentos afetivos, seria fácil incorrer na fixação de padrões ou modelos conjugais considerados bem ajustados, como se existissem normativas a serem cumpridas para se alcançar um nível de felicidade conjugal ideal. Tal incursão é incorreta, pois o próprio casamento tem passado por transformações constantes, de forma a não admitir enquadramentos funcionais prévios⁹. É bastante comum, atualmente, coexistirem múltiplas formas de vivência da conjugalidade:

[...] desde o modelo tradicional até o ‘ficar’, a coabitação na casa dos pais, a união estável, o estar casado, mas viver em casas separadas, os casamentos consecutivos, as uniões homoafetivas, o ‘poliamor’, os casamentos ‘abertos’ e tantos outros contratos de relacionamentos amorosos” (Zordan & Wagner, 2009, p. 95).

⁹ Segundo Kessler (2013), “[...] a adesão a uma normatização, ou ao que é considerado como “natural” ou “normal” em nossa sociedade, parece ser uma fuga à reflexão sobre o *status quo*. Ao sofrer com preconceitos e cerceamentos impostos por proselitistas monogâmicos (ativistas invisíveis das expressões do “amor romântico”), os agentes sociais relacionam-se conforme regras que por vezes sequer perceberam ter sido impostas, por estarem socialmente sedimentadas. Talvez muito mais por apego às tradições e à falta de estímulos para repensar a validade de modelos antigos, há casais que vivem a experiência amorosa com apenas um parceiro, mesmo sentindo-se infelizes” (p. 366).

A exemplo dessa multiplicidade de modos de vivenciar a conjugalidade, os casais homoafetivos têm tido especial destaque na agenda de pesquisas científicas que versam sobre a qualidade e satisfação no interior dos relacionamentos. Mosmann, Lomando e Wagner (2010), ao compararem a qualidade dos relacionamentos de casais de *gays* e lésbicas com casais cis-heterossexuais, no que tange aos níveis de coesão e adaptabilidade conjugal (sendo a coesão referente à medida geral de aproximação afetiva na relação do casal e a adaptabilidade conjugal a capacidade do casal em reestruturar-se à medida que estressores relacionais ou ambientais se façam presentes), foram capazes de chegar a algumas conclusões, tais como: os níveis de coesão e adaptabilidade conjugal foram maiores para os casais homossexuais quando comparados aos casais cis-heterossexuais; sendo que todos os casais cis-heterossexuais estudados tinham suas relações tuteladas pelo Estado, os níveis de coesão podem aparecer comprometidos nesse tipo de casal, uma vez que eles não se encontram fundados especificamente pelas relações afetivas, ao contrário dos casais homossexuais; visto que todos os casais cis-heterossexuais tinham filhos, compreende-se que a presença da prole pode diminuir os níveis de qualidade relacional, tendo em vista a exigência de uma flexibilidade do casal para que seja capaz de alternar entre os papéis de marido/mulher e pai/mãe, o que se revela bastante desgastante no cotidiano doméstico.

Os resultados referidos anteriormente corroboram outros estudos, como o de Zacks, Green e Marrow (1988), que comparou o nível de qualidade relacional entre casais de lésbicas e casais cis-heterossexuais, obtendo como resultado um maior nível de coesão, adaptabilidade e satisfação para os casais lésbicos.

As transformações na conjugalidade têm acompanhado intrinsecamente as mudanças relacionadas aos modelos de família. Esses modelos vêm sofrendo não somente mudanças derivadas das estruturas sociais e econômicas, como defende Oltramari (2009), como também têm sido afetados pelos diversos avanços nas ciências biomédicas, que propiciaram a transformação na forma como o mundo ocidental concebe a ideia de família (Fonseca, 2012). Entre esses avanços encontra-se a possibilidade de conservar material genético em clínicas de fertilização, o que possibilita não somente a concretização da paternidade por casais estéreis e homens ou mulheres (cis e trans) solteiros/as, como por *casais cis-trans* e *casais transcentrados*¹⁰, cujas demandas recentemente vêm levantando novas questões associadas às classificações de gênero associadas à maternidade e paternidade (Bento, 2006).

¹⁰ Por *casal cis-trans*, nos referimos a um casal formado por um homem ou mulher cis (indivíduo que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído socialmente) e um homem ou mulher trans/travesti (indivíduo que não se

Erich, Tittsworth, Dykes e Cabuses (2008) argumentam que a literatura ainda negligência o estudo aprofundado dos relacionamentos familiares de pessoas trans, sendo que a maior parte dos poucos estudos que se ocupam dessa temática o fazem apenas com casais cis-trans, desconsiderando a existência de casais transcitrados. Também não existe uma preocupação em investigar o bem-estar relacional destes casais. Dessa maneira, é fundamental que o meio científico passe a perceber a necessidade do reconhecimento das famílias e casais trans como uma estrutura relacional de amor legítima e que carece de maior investimento em termos de pesquisas, a fim de legitimar e naturalizar sua existência na sociedade, possibilitando o esclarecimento de sua natureza e desmitificando ideias preconceituosas a ela atribuídas.

“Por onde caminham os casais cis-trans e transcitrados?”

Na sociedade brasileira, a monogamia e a heteronormatividade estão presentes nos discursos e na mídia. O desejo tem sido tratado como um “monodesejo”, sem a possibilidade de expansão, possibilitando apenas a escolha de um objeto amoroso, ao qual se deve dedicar tempo, afeto e carinho. Os amores paralelos, dessa forma, são tratados como resultantes da infidelidade, da traição, derivados de questões relacionadas ao caráter e à moral do indivíduo (Kessler, 2013, p. 365).

Kulick (2008) argumenta que existe uma tendência, nos estudos com pessoas trans e travestis¹¹, em diminuir a importância da experiência subjetiva dessas pessoas no campo dos relacionamentos amorosos, em detrimento de outras variáveis enfatizadas pelos pesquisadores. A exemplo disso, o autor pontua que a maioria dos estudos sobre prostituição enfatizam a relação da travesti com sua clientela, admitindo que essa relação é a mais significativa em suas vidas, sendo que, na verdade, seus/suas namorados/as, parceiros/as íntimos/as ou cônjuges é que ocupam uma posição central e constante.

Lomando e Nardi (2013) referem que buscar compreender as experiências conjugais da população trans é de extrema importância, uma vez que essa busca permite explorar o quanto a situação de conflito com as normas heteronormativas (normas que coercitivamente imputam a

identifica com o gênero que lhe foi atribuído socialmente). Esses casais podem ter uma configuração tanto heterossexual como homossexual (Bento, 2006). Já o termo *casal transcitrado* se refere a uma configuração conjugal onde duas pessoas trans/travestis se relacionam amorosamente. Ambas as terminologias emergiram da comunidade trans/travesti e não tem um criador específico. Elas podem ser encontradas em inúmeras salas de discussão voltadas para pessoas trans/travestis em redes sociais e fóruns *online*.

¹¹ O termo “travesti” é utilizado exclusivamente no contexto brasileiro e é muitas vezes igualado ao termo “trans”. Não existe uma definição exata e definitiva para ele, mas uma das formas mais aceitas é que ele se refere a experiência identitária de indivíduos que se identificam e vivenciam o feminino, porém, o feminino travesti não objetiva ser o mesmo feminino das mulheres cis. Ainda que busquem exaustivamente a feminilidade, as travestis “[...] não querem abrir mão de alguns bens simbólicos que julgam próprios da masculinidade, tais como independência, autonomia, força física, racionalidade, entre outros” (Pelúcio, 2004, p. 133).

ideia de que um casal cisgênero heterossexual é a única configuração conjugal válida) é capaz de produzir algum efeito em seus relacionamentos, algo já abordado em inúmeros estudos (Alegría, 2012; Bischof, Warnaar, Barajas, & Dhaliwal, 2011; Brown, 2010; Ettner, 2007; Gamarel, Reisner, Laurenceau, Nemoto, & Operario, 2014).

A subversão das normas heteronormativas por casais cis-trans e transcitrados pode ser entendida como uma ação que contraria os modelos de conjugalidade do mundo ocidental que se materializam nos relacionamentos exclusivamente cis, heterossexuais, monogâmicos e com potencial reprodutivo¹². Podemos compreender melhor a ideia apresentada ao analisarmos a teoria da *Pirâmide Erótica-Sexual*, proposta por Gayle Rubin (1984). A autora argumenta que, nas sociedades ocidentais, existe um sistema hierárquico estabelecido para avaliar os atos sexuais. Nessa hierarquia de prestígio, um sexo classificado como “bom” é aquele considerado “saudável”, com fins reprodutivos e heterossexual, em contraposição a um sexo “mau”, que seria aquele praticado com vistas à obtenção de prazer, podendo ele ser de natureza homossexual ou bissexual, o que lhe confere o *status* de anormal. Já no que diz respeito aos indivíduos e seus relacionamentos, podemos, segundo a autora, imaginar uma pirâmide de três estágios, na qual, no topo, encontram-se aqueles mais aceitos e valorizados socialmente e na base, os mais desprezados. A Figura 1 apresenta uma representação gráfica dessa pirâmide.

¹² Monique Wittig (1992) observa que a pretensão excludente da cultura heterossexual é historicamente observada em Aristóteles, no momento em que ele define que a Política está atrelada à união entre um homem e uma mulher, conquanto é possível observar que, no mundo ocidental, o casal passou a representar o princípio da própria união social. Dessa maneira, quaisquer formas de união e de relacionamentos que fujam da lógica estabelecida pelas relações heterossexuais, são imediatamente rechaçadas e reprimidas, o que incluem as relações entre pessoas trans/travestis e seus/suas parceiros/as, sejam eles/elas cis ou igualmente trans/travestis.

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 1

Representação da Pirâmide Erótica-Sexual de Gayle Rubin

Como pode ser observado, reinando acima de todos os estágios, temos os casais heterossexuais, monogâmicos e que fazem sexo com fins reprodutivos. No estágio intermediário situam-se pessoas heterossexuais não casadas, as “lésbicas caminhoneiras”, os casais gays com relacionamentos de longa duração, casais que não oficializaram sua relação e os adeptos da prática contumaz da masturbação. Por fim, na base da pirâmide estão as pessoas trans/travestis, os sadomasoquistas, as prostitutas e os fetichistas (Rubin, 1984).

Ao alocar as pessoas trans e travestis no último estágio de sua *Pirâmide Erótica-Sexual*, Rubin (1984) revela a condição de marginalização imposta a estes grupos sociais, condição esta onde suas identidades e seus relacionamentos recebem a “marca” de abjetos, refugo ou párias (Butler, 2015). Não podendo coexistir com as identidades e conjugalidades consideradas normativas, os homens e as mulheres trans/travestis acabam por “escapar” ao imaginário popular e às pesquisas científicas como indivíduos que existem, amam e se relacionam. Ao estabelecer uma lógica binária para as identidades e para os relacionamentos, nas quais as construções são marcadas pela extrema oposição entre elas, o dispositivo da Heteronormatividade permite ignorar que muitas das características comumente associadas aos casais cis-heterossexuais também existem nos casais-trans e casais transcitrados¹³.

¹³ Complementarmente, Morin (2008) argumenta que “A humanidade cria instituições, institui a exogamia, as regras de parentesco, prescreve o casamento, proíbe o adultério. Mas é extremamente notável que o desejo e o amor ultrapassam, transgridem normas, regras e interditos: ou bem o amor é muito endógamo e torna-se incestuoso

Entre essas características, podemos mencionar que pessoas trans e travestis passam por frustrações em suas relações, da mesma forma que pessoas hétero ou homossexuais (Adelman, Ajaime, Lopes, & Savrasoff, 2003). Algumas das mulheres trans e das travestis que participaram da pesquisa de Galli (2013) relataram ter experimentado frustrações e traições no decorrer do relacionamento com parceiros íntimos, porém o elemento que emergiu como maior fonte de sofrimento nos relatos foi a constatação (vivenciada como “certeza”) de que os namorados cis não iriam assumi-las perante a sociedade. Para a maioria das entrevistadas, um relacionamento que possa ser assumido publicamente pelo companheiro não é apenas um componente relevante para o bom desenvolvimento da relação, como também é entendido como prova inequívoca de amor por parte do parceiro.

Essa dimensão da experiência amorosa é de especial importância porque evidencia o quanto essa assunção pública do relacionamento por parte do/a outro/a – que, no caso de relacionamentos cis-trans, é uma pessoa cis – pode outorgar um lugar de pertencimento e legitimação à pessoa trans. Tal reconhecimento reafirma a conquista de uma posição de dignidade no laço social. Uma das participantes do estudo de Galli (2013) mencionou que homens cis querem amar mulheres trans, porém, o medo do julgamento social os impede. Outro aspecto importante que emergiu, especificamente entre as trans e travestis profissionais do sexo, foi a aceitação da natureza de seu trabalho pelo parceiro, o que aponta mais uma vez para a questão da validação social.

O conceito de amor é polissêmico e marcado historicamente. A definição de amor é redescrita de acordo com as sociedades e as épocas. Para Soares (2012), o amor diz respeito à experiência pela qual os apaixonados se relacionam com o mundo. O “amor romântico” se constituiu historicamente como um sentimento que nunca é plenamente correspondido pelo ser amado, o que faz o amador prosseguir em uma busca contínua por uma completude imaginária, alternando momentos de júbilo e descontentamento, felicidade e sofrimento¹⁴. Assim, o amor não é tanto um sentimento, mas um código simbólico, uma construção social (Oltramani, 2009). Contudo, as mulheres trans que colaboraram com a pesquisa de Galli (2013) percebem o amor como um sentimento e, por essa razão, não podemos deixar de considerá-lo como tal,

ou é exógamo e torna-se adúltero, traidor do grupo, do clã, da pátria. A selvageria do amor o conduz à clandestinidade e à transgressão” (p. 22).

¹⁴ Pretto (2008) complementa a problemática envolvendo o “amor-romântico” dizendo que “[...] a ideologia do amor romântico, a racionalidade do casal igualitário e do próprio amor confluyente indicam a noção de destino. Isso ocorre na medida em que possibilitam a crença de que o casal é constituído naturalmente e livre da situação social, fundado pelo desejo e escolhas puramente individuais [...] impõe uma visão determinista do amor, onde as pessoas, independente do que fazem e pensam irão viver a mesma história amorosa” (p. 198).

evidentemente sem escamotear sua natureza de produção social. De fato, a herança do amor romântico ainda persiste no imaginário como uma narrativa potente que contorna os relacionamentos contemporâneos, sejam cis ou trans.

Bischof et al. (2011), ao analisar relatos de casos clínicos de mulheres cis que se relacionavam com mulheres trans, concluiu que o relacionamento da maioria dos casais foi afetado pela transição de gênero das parceiras trans, de maneira que as relações sexuais na maior parte deles diminuíram em frequência ou foram totalmente abolidas, resultando em relacionamentos celibatários. A opção pelo celibato partiu fundamentalmente das parceiras cis, havendo aquelas que argumentaram que uma relação sexual seria incompatível com as condições atuais do corpo dos parceiros (agora parceiras) e que quebraria o amor compartilhado por eles/elas em nível “espiritual”.

Estudando a vivência conjugal de mulheres que se relacionavam ou já haviam se relacionado com homens trans, Brown (2010) obteve resultados qualitativamente diferentes no campo das relações sexuais. A maioria das participantes que vivenciaram o período de transição de gênero de seus parceiros, relataram que, passado o choque e a apreensão do início da transição de gênero, as relações e práticas sexuais se tornaram mais variadas e satisfatórias para ambas as partes, à medida que o processo de transigência avançava para estágios nos quais as características fenotípicas masculinas de seus parceiros se faziam mais evidentes. A vida sexual dos casais passou a ser marcada pela renomeação das partes do corpo e pela introdução de atividades sexuais particulares, nas quais se incluía o uso de objetos eróticos.

Ao se compararem os resultados dos estudos de Bischof et al. (2011) e Brown (2010), pode-se supor que a diferença na forma como as relações sexuais foram aceitas pelas mulheres cis após a transição de gênero dos/das parceiros/as esteja atrelada à diferença fundamental de que as mulheres que mostraram melhor aceitação se relacionavam com homens trans (anteriormente vistos como mulheres cis) e as que se relacionaram pior se relacionavam com mulheres trans (anteriormente homens cisgêneros). Este fato, reforçado pelo estudo de Kins, Hoebeke, Heylens, Rubers e Cuypera (2008), que revelou não haver diferenças significativas na satisfação relacional entre casais cis e casais formados por uma mulher cis e um homem trans, leva a crer que a aproximação dos casais de um padrão heterossexual, no primeiro caso, possa estar associada com a experiência de satisfação relacional e sexual, ao passo que, no

segundo caso, observou-se a construção de um casal considerado homossexual, que está em desacordo com a cultura heteronormativa¹⁵ (Warner, 1991).

No entanto, deve-se salientar que, embora o afastamento em relação ao modelo conjugal heteronormativo pareça reverberar na esfera afetiva, social e familiar, Alegría (2012) e Bischof et al. (2011) apontam que é possível que casais formados por pessoas trans, inclusive homossexuais, objetos de seu estudo, encontrem um ponto de estabilidade e felicidade, inclusive sexual, por meio da transformação de seus relacionamentos e da descoberta de novas formas de amar e expressar amor e sexualidade.

2.3. Capítulo 3: *Uma Metassíntese sobre as conjugalidades cis-trans e transcentradas*

Na literatura científica, há uma escassez de estudos relacionados aos relacionamentos românticos e aos fatores psicossociais associados à vida conjugal da população trans e travesti (Bischof et al., 2011). Tenho isso em vista, a ausência de revisões da literatura publicadas sobre o tema das conjugalidades trans e travestis pode ser compreendida como uma das consequências deste cenário. Frente a essa problemática, esta metassíntese se justifica com base na ausência de revisões da literatura da temática aqui abordada e pela necessidade em discutir e enfatizar os aspectos subjetivos da vida destes segmentos populacionais cujas existências sofrem constantes tentativas de apagamento.

Esta metassíntese qualitativa teve por objetivo identificar, analisar e integrar os resultados de estudos qualitativos que abordam a maneira como indivíduos trans e travestis vivenciam seus relacionamentos conjugais, caracterizando o estado atual do conhecimento.

MÉTODO

Desenho

Trata-se de uma metassíntese baseada nos passos preconizados por Sandelowski e Barroso (2007), que envolvem as seguintes etapas: elaboração da questão de pesquisa, identificação sistemática das publicações nas bases de dados de interesse, seleção dos artigos a serem analisados, caracterização e avaliação dos artigos, extração dos dados e síntese que

¹⁵ A cultura heteronormativa é descrita por Warner (1991) como uma cultura que válida apenas a existência de relacionamentos heterossexuais. Quaisquer relacionamentos que fujam dessa configuração são repelidos pelo meio social que a reproduz em sua dinâmica relacional.

integra o conhecimento produzido. O *checklist* ENTREQ (*Enhancing transparency in reporting the synthesis of qualitative research*), que assinala os elementos essenciais que uma revisão qualitativa deve reportar, foi utilizado para a elaboração dessa Metassíntese (Tong, Flemming, McInnes, Oliver, & Craig, 2012).

Estratégia de busca

Foi utilizada a ferramenta SPIDER (Methley, Campbell, Chew-Graham, McNally, & Cheraghi-Sohi, 2014) (Tabela 1) para a elaboração da estratégia de pesquisa a partir da seguinte questão norteadora: “*Como pessoas trans (S) experienciam (E) seus relacionamentos conjugais (Pi)?*” Foram utilizados descritores relacionados a transexualidade, conjugalidade, métodos qualitativos, experiência e pesquisa qualitativa, interligados pelos operadores booleanos AND e OR. A busca foi conduzida em cinco bases de dados, sendo elas: PubMed, LILACS, Web of Science, PsycINFO e CINAHL.

Uma estratégia de busca inicial foi desenvolvida a partir da seleção e aprimoramento dos descritores na base de dados PubMed. Essa estratégia foi posteriormente adaptada para as demais bases selecionadas. Foram utilizados o Medical Subject Headings (MeSH), CINAHL subject headings, descritores controlados em ciências da saúde (DeCS), APA thesaurus, seus sinônimos e palavra-chaves.

Tabela 1

Estratégia de busca segundo a ferramenta Spider

S	Transgender Persons OR Transsexual OR Transvestite
PI	Interpersonal Relations
D	Qualitative Methods
E	Experience
R	Qualitative Research

Fonte: Elaborada pelo autor

Crterios de incluso

Foram includos estudos qualitativos primrios publicados nos idiomas portugus, ingls e espanhol, no houve limite de tempo na busca, a fim de expandir o mapeamento do conhecimento produzido sobre o fenmeno investigado. Quanto populao pesquisada, foram includos estudos com indivduos trans (homens e mulheres) e travestis, sem discriminao de orientao sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, pansexual). Faz-se importante esclarecer o conceito de trans que foi adotada na seleo dos estudos, visto que na literatura a cientfica, esse tem sido um conceito definido de diferentes maneiras. A forma mais recente “homem trans” e “mulher trans”, mas tambm existem os termos “trans-homem” e “trans-mulher”. Em ingls de uso comum, entre parnteses, os sinais (MtF) e (FtM). MtF (male to female) se refere a mulheres trans e FtM (female to male) se refere a homens trans. Tambm no houve restrio em relao identidade de gnero dos/das parceiros/as com quem os/as participantes trans e/ou travestis dos estudos selecionados se relacionavam, podendo eles/elas ser trans/travestis ou cisgneros.

Em relao ao fenmeno investigado, foram considerados os estudos que envolvem a experincia da populao trans e travesti em seus relacionamentos conjugais, no discriminando se esses relacionamentos so oficializados no mbito civil e/ou religioso ou se existem e se sustentam unicamente a partir do consenso estabelecido entre os envolvidos na relao.

Foram excludos estudos de reviso, estudos quantitativos ou que utilizaram mtodo misto. Quanto populao de interesse, foram excludos os estudos que abarcaram indivduos em uma faixa etria inferior a 18 anos.

Procedimentos

Para organizar os estudos primrios e eliminar os duplicados foi utilizado o gerenciador de referncias Rayyan. Em um primeiro momento os estudos duplicados e aqueles que atendem aos crterios de excluso foram removidos. A seleo inicial dos estudos foi realizada por dois revisores independentes, que revisaram os ttulos e resumos de acordo com os crterios de incluso estabelecidos.

Foi elaborado um fluxograma a partir das recomendaes e diretrizes PRISMA (*Guidelines for reporting of systematic review*) para a descrio do processo de busca e para o relato do processo de incluso dos estudos (Apndice A) (Liberati et al., 2009).

Análise

A análise dos dados foi realizada por dois revisores, como o auxílio do software de análise qualitativa Atlas.ti. Os resultados dos estudos foram selecionados e analisados através do método de síntese temática proposto por Thomas e Harden (2008). Seguindo os passos preconizados pelos autores, a análise consistiu em três etapas: 1) codificação: a leitura na íntegra dos artigos foi acompanhada por uma codificação linha por linha das informações contidas nos mesmos, sendo que os trechos que continham os códigos foram revisados ao final do procedimento para garantir sua consistência. Esse processo inicial resultou em 109 códigos; 2) geração de temas descritivos: os revisores analisaram as semelhanças e diferenças entre os códigos encontrados e os agruparam em novos códigos a fim de capturar o significado dos códigos iniciais em grupos. Essa segunda etapa buscou garantir uma análise próxima e fidedigna aos estudos primários analisados e resultou em sete temas descritivos; 3) geração de temas analíticos: nesta etapa os revisores sintetizaram os resultados obtidos até o momento e reorganizaram os temas de maneira interpretativa, considerando o objetivo principal desta revisão em identificar a maneira como indivíduos trans e travestis vivenciam seus relacionamentos conjugais. Essa etapa resultou em 2 temas analíticos (Figura 3).

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 3

Representação gráfica dos Temas analíticos e Temas descritivos obtidos por meio da análise dos dados

RESULTADOS

Caracterização dos estudos

Esta metassíntese incluiu um total de 9 estudos de 4 países: Estados Unidos ($n = 6$), África do Sul ($n = 1$), Nova Zelândia ($n = 1$) e Inglaterra ($n = 1$). O período de publicação variou de 2007 a 2017. Diversas abordagens metodológicas qualitativas foram empregadas, tendo o método fenomenológico sido utilizado em 3 estudos e a Teoria Fundamentada nos Dados em 3 estudos. A entrevista semiestruturada foi a técnica de coleta de dados mais utilizada ($n = 6$).

Os estudos incluídos apresentaram dados de 168 participantes (mínimo de 1 e máximo de 40 participantes). A idade dos/das participantes variou entre 18 anos e 70 anos. Do total de estudos analisados, em 2 deles (Alegría, 2010; Ettner, 2007) a amostra era composta por casais, enquanto em 7 (Brown, 2007, 2009; Chester, Lyons, & Hopner, 2017; Platt & Bolland, 2016; Theron & Collier, 2013; Watts et al., 2017) a amostra era composta por uma pessoa cis que vivenciava ou havia vivenciado uma relação conjugal com uma pessoa trans e 1 estudo (Platt & Bolland, 2017) tinha em sua amostra pessoas cis e trans. Os estudos objetivaram compreender a conjugalidade de relações classificadas como cis-trans, sendo que apenas um deles (Ettner, 2007) teve como amostra exclusivamente casais transcêntricos. A Tabela 2 relaciona e caracteriza os estudos selecionados:

Tabela 2

Relação e caracterização dos estudos selecionados

Primeiro autor, ano e país	Objetivo do estudo	Método	Caracterização
(Chester, Lyons & Hopner, 2017) Nova Zelândia	Explorar as experiências de pessoas cis que se relacionam ou se relacionaram com pessoas trans no período em que estas vivenciaram uma transição de gênero.	Estudo fenomenológico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e posteriormente analisados por meio da análise fenomenológica interpretativa.	5 mulheres cis e 1 homem cis. A idade variou entre 21 e 39 anos.
(Platt & Bolland, 2017) Estados Unidos	Buscar os elementos únicos existentes na relação de indivíduos que se relacionam com pessoas trans.	Estudo fenomenológico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas online. Os dados foram analisados por meio da análise fenomenológica.	13 mulheres cis, 2 homens cis, 3 mulheres trans e 1 homem trans, e 2 participantes <u>gender fluid/bi-gender</u> . A idade variou entre 20 e 60 anos.
(Watts et al., 2017) Inglaterra	Analisar as consequências na vida de uma mulher cis decorrentes da descoberta da transexualidade de seu, até então, parceiro, incluindo o impacto nas suas relações com amigos e família.	Estudo qualitativo. Os dados foram coletados por meio de conversas e entrevistas com a participante. Os dados foram analisados por meio de análise narrativa.	Uma mulher cis casada com uma mulher trans. A idade da participante não foi especificada.
(Platt & Bolland, 2016) Estados Unidos	Coletar dados sobre os múltiplos aspectos da parceria entre pessoas trans, desde o processo de busca por parceiros até a manutenção dos relacionamentos em curto e longo prazo.	Estudo fenomenológico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Foi empregada a análise fenomenológica na análise dos dados.	21 mulheres trans e 17 homens trans. A idade variou entre 18 e 70 anos.
(Theron & Collier, 2013) África do Sul	Explorar as experiências relacionais de mulheres cis que se relacionam com homens trans, tendo como foco a orientação sexual autodefinida destas mulheres.	Estudo qualitativo. Uso de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Os dados foram analisados por meio de análise indutiva.	8 mulheres cis que se relacionavam ou haviam se relacionado com homens trans. A idade variou entre 34 e 54 anos.

Tabela 2 (continuação)

Relação e caracterização dos estudos selecionados

(Alegria, 2010) Estados Unidos	Descrever as dinâmicas relacionais que ajudam a sustentar o relacionamento de casais formados por mulheres cis e mulheres trans	Estudo qualitativo. Os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas e depois analisados através da Teoria Fundamentada nos Dados e de um instrumento de	17 casais formados por mulheres cis e mulheres trans. 34 pessoas no total. A idade variou entre 30 e 69 anos.
(Brown, 2010) Estados Unidos	Examinar as experiências relacionais de mulheres cis que se relacionam com homens trans (FtM)	Entrevista semi-estruturada Estudo qualitativo, com uso de entrevistas face a face e telefônicas. Análise de dados realizada por meio da Teoria Fundamentada nos Dados.	20 mulheres cis que se relacionavam ou haviam se relacionado com homens trans. A idade variou entre 20 e 40 anos.
(Brown, 2007) Estados Unidos	Examinar as experiências relacionais de mulheres cis que se relacionam com homens trans (FtM) e apresentar dados sobre relacionamentos abusivos reportados por parte das participantes.	Entrevistas presenciais e telefônicas. Teoria Fundamentada nos Dados	20 mulheres cis que se relacionavam ou haviam se relacionado com homens trans. Da amostra total, 5 participantes reportaram experiências com relacionamentos abusivos. A idade variou entre 20 e 40 anos.
(Ettner, 2007) Estados Unidos	Analisar formações e variações de casais formados por duas pessoas trans, bem como o erotismo, afeto e componentes terapêuticos dos <u>mesmos</u> .	Estudo clínico. Os dados foram coletados durante sessões de psicoterapia e entrevistas clínicas não estruturadas. Os dados foram analisados sob o prisma da teoria psicanalítica.	2 casais formados por um homem trans e uma mulher trans, 16 casais formados por duas mulheres trans e 2 casais formados por dois homens trans. 40 participantes no total.

Fonte: Elaborada pelo autor

Avaliação da qualidade

Para a avaliação da qualidade foram utilizados os critérios do CASP (*Critical Appraisal Skills Programme*) (CASP, 2013). A avaliação dos estudos foi realizada por dois revisores independentes seguindo os critérios preconizados pelo instrumento. Todos os estudos selecionados apresentaram objetivos claros e metodologias adequadas ao propósito principal deste estudo. Os estudos que tiveram baixa pontuação apresentaram, em sua maioria, problemas no relato da relação entre pesquisador e participantes e dos aspectos éticos.

Tabela 3

Avaliação CASP

Autor e ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
(Chester, Lyons & Hopner, 2017)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
(Platt & Bolland, 2017)	✓	✓	✓	✓	✓	N	P	✓	✓	✓
(Watts et al., 2017)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
(Platt & Bolland, 2016)	✓	✓	✓	✓	✓	N	N	✓	✓	✓
(Theron & Collier, 2013)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	P	✓	✓
(Alegría, 2010)	✓	✓	✓	✓	✓	N	✓	✓	✓	✓
(Brown, 2010)	✓	✓	✓	✓	✓	N	N	P	✓	✓
(Brown, 2007)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	N	N	✓	✓
(Ettner, 2007)	✓	✓	P	✓	✓	N	N	N	✓	✓

Fonte: Elaborada pelo autor

✓ = reportado; P = parcialmente reportado; N = não reportado.

1. Os objetivos da pesquisa estavam reportados claramente?
2. A metodologia qualitativa é adequada?
3. O desenho da pesquisa estava adequado para alcance dos objetivos propostos?
4. A estratégia de recrutamento foi adequada aos objetivos da pesquisa?
5. Os dados foram coletados de modo que abordassem a questão de pesquisa?
6. A relação entre o pesquisador e os participantes foi devidamente considerada?
7. As questões éticas foram consideradas?
8. A análise dos dados foi suficientemente rigorosa?
9. Os resultados foram reportados claramente?
10. A pesquisa traz contribuições?

Síntese dos resultados dos estudos

A análise dos dados dos estudos incluídos permitiu identificar dois temas analíticos, que são: “*Redefinição da conjugalidade: da transição a um novo arranjo*” e “*Vulnerabilidade e estratégias adaptativas*”, os dois temas analíticos estão compreendidos e organizados em sete temas descritivos.

Redefinição da conjugalidade: da transição a um novo arranjo

A experiência da conjugalidade é fortemente impactada pela transição de gênero do/a parceiro/a trans que está/esteve em um relacionamento com um/uma parceiro/a cis. As mudanças inerentes a esta transição levam a re(arranjos) na configuração da relação, o que desencadeia a necessidade do uso de estratégias para lidar com o processo de transição. As relações sexuais se destacam como um dos principais fatores a serem repensados neste novo arranjo relacional, exigindo negociação e consenso nas tomadas de decisão pelo casal.

Conjugalidades em transição: a maior parte dos estudos selecionados privilegiaram experiências de conjugalidade atravessadas por um período de transição de gênero do/a parceiro/a trans, de forma que estes casais até então eram tidos socialmente como cisgêneros e, de maneira geral, heterossexuais (Alegría, 2010; Brown, 2009; Chester, Lyons, & Hopner, 2017; Platt & Bolland, 2016, 2017; Theron & Collier, 2013; Watts et al., 2017). O impacto da descoberta da transexualidade do/a parceiro/a trans geralmente é descrita como um momento de choque e confusão, sendo frequente o surgimento de sentimentos como traição, raiva e tristeza, de forma que a continuidade do relacionamento geralmente é questionada pelo/a parceiro/a cis (Alegría, 2010; Platt & Bolland, 2017; Theron & Collier, 2013; Watts, et al., 2017). O período de transição, por sua vez, é constantemente relatado como sendo marcado por turbulência e instabilidade emocional de ambos os cônjuges (Watts et al., 2017). Os conflitos mais comuns envolvem a insegurança diante dos novos papéis ocupados por cada um dos cônjuges dentro da relação, a instabilidade emocional do parceiro trans ocasionada pelo uso de hormônios, as mudanças na vida sexual e a maneira como os círculos familiar e social do casal se portam diante da transição do/a parceiro/a trans (Alegría, 2010; Platt & Bolland, 2017; Theron & Collier, 2013; Watts, et al., 2017).

É frequente (Alegría, 2010; Platt & Bolland, 2017; Watts, et al., 2017), o questionamento das mulheres cis em relação a sua própria sexualidade e com o papel que ocupam na relação, o que fica evidenciado na seguinte fala:

[A divulgação] me fez questionar o que isso significaria para mim e o que era. Isso é normal ou não é? Se estou nesse relacionamento, sou normal ou não? Sou lésbica? Nesta situação, é isso que você pensa. [Transexualidade] nunca me ocorreu. Eu não conheço ninguém assim. Eu estava tão fora da minha zona de conforto que toda minha vida ficou abalada. Isso me fez questionar muitas coisas no relacionamento e no mundo que eu acho que não teria pensado de outra maneira” (Alegría, 2010, p. 7).

Embora o referido período de turbulência possa resultar na dissolução da relação, boa parte dos relacionamentos se mantém mediante acordos feitos entre os cônjuges no sentido de buscarem uma nova configuração da relação (Watts et al., 2017).

(Re)arranjos relacionais para além do binarismo de gênero: os estudos relataram com frequência que os relacionamentos conjugais que se mantiveram durante e/ou após a transição do/a parceiro/a trans foram marcados por longos períodos de comunicação entre o casal, no sentido de discutir os inúmeros aspectos inerentes às mudanças vivenciadas e em buscar acordos e estratégias diante das mesmas (Alegría, 2010; Brown, 2009; Chester, Lyons, & Hopner, 2017; Platt & Bolland, 2016; Watts et al., 2017). Foram pontuados, de maneira reiterada, a necessidade de se obter consenso na velocidade da transição do/a parceiro/a trans, nas mudanças da dinâmica da relação, nas práticas sexuais e na negociação da exposição da transexualidade do/a parceiro/a a terceiros. Também é mencionada a necessidade de uma renegociação nos papéis de gênero, tendo em vista a transição do casal para um arranjo relacional fora do binarismo de gênero. Neste contexto, pontua-se que não é apenas o/a parceiro/a trans que transiciona: seu/sua parceiro/a também passa por uma transição, tendo de se adaptar a um novo papel na relação (Brown, 2009). O trecho a seguir exemplifica essa afirmação:

Eu senti que, tudo bem, estou aberto a você ser mulher, estou aberto a estar em um relacionamento com uma mulher [...] Eu não podia realmente pensar em mim mesma como gay naquele momento. Parecia meio que invalidava um pouco, e também parecia impreciso naquele momento [...] E então, eu meio que adotei mais um rótulo como *queer*” (Brown, 2009, p. 14).

Relações Sexuais: alguns estudos (Brown, 2009; Platt & Bolland, 2016, 2017) mostraram um interesse particular nas possíveis mudanças nas relações sexuais resultantes da transição de gênero do/a parceiro/a trans. O desconforto do/a parceiro/a trans em relação ao próprio corpo é ocasionalmente relatado como um empecilho inicial, uma vez que ele/a nem sempre sente que sua genitália é congruente com sua identidade de gênero. No entanto, a medida em que a transição avança e o/a parceiro/a trans passa a se sentir mais satisfeito/a com seu corpo e com sua identidade, as mudanças corporais vivenciadas, de maneira geral, acabam resultando em um melhor nível de satisfação sexual (Brown, 2009). Além disso, a comunicação é relatada como estando diretamente associada à satisfação sexual do casal a medida que possibilita que ele caminhe para uma circunstância de mudanças nos papéis sexuais e na

redescoberta de ambos os corpos e das maneiras de se obter prazer, de forma que as mudanças físicas resultam em novos tipos de experiências sexuais.

Vulnerabilidade e estratégias adaptativas

A transição de gênero acarreta uma série de mudanças no relacionamento de um casal formado por uma pessoa trans e uma pessoa cis, uma vez que a experiência de transição é compartilhada pelo/a parceiro/a cis tanto no interior da relação quanto fora desta. Experiências de discriminação são comumente relatadas, o que leva os casais a negociar a exposição pública da relação. Frente a estas circunstâncias aversivas, tanto as parceiras cis quanto o casal em si, lançam mão de estratégias para se adaptar a estas circunstâncias e garantir a manutenção do relacionamento. No interior deste relacionamento, por sua vez, determinadas características particulares a ele podem encobrir relacionamentos abusivos cujo alvo da violência são as parceiras cis.

Discriminações múltiplas e temor de exposição pública: os estudos relatam que tanto o período de transição do/da parceiro/a trans quanto o momento posterior ao mesmo foram marcados por inúmeros conflitos, temores e situações hostis advindas do círculo social ao qual o casal pertencia (Alegría, 2010; Chester, Lyons, & Hopner, 2017; Platt & Bolland, 2016, 2017; Watts et al., 2017). Conflitos familiares se revelaram comuns na maioria dos casos, geralmente resultando no rompimento dos laços afetivos com alguns membros da família, embora outros tenham se mantido inalterados (Platt & Bolland, 2016). Em um caso específico (Platt & Bolland, 2016), a transição de gênero do parceiro trans acabou resultando na perda da guarda de seu filho, fruto de um relacionamento anterior. O temor do casal em se expor publicamente mostrou-se bastante relevante (Alegría, 2010; Watts et al., 2017) ao obrigar os casais a negociar os locais a serem frequentados conjuntamente considerando suas seguranças físicas. O seguinte discurso exemplifica o que é dito: “Dizer que eu estava ansiosa era um eufemismo, e enquanto meu parceiro estava feliz por estar livre, eu estava uma pilha de nervos, sempre procurando problemas e comentários em potencial das pessoas” (Platt & Bolland, 2016, p. 8).

Estratégias de enfrentamento da parceira cis: diante dos conflitos e temores provocados pela transição de gênero do/a parceiro/a trans no interior de suas relações interpessoais e em suas próprias subjetividades, as parceiras cis lançaram mão de algumas estratégias para enfrentar tais situações (Alegría, 2010; Chester, Lyons, & Hopner, 2017; Platt & Bolland, 2016; Theron & Collier, 2013; Watts, et al., 2017). A busca pelo suporte de amigos, familiares e de

membros da comunidade LGBTQIA+ foi a estratégia mais citada (Alegría, 2010; Platt & Bolland, 2016; Watts, et al., 2017) pelas mulheres durante e após a transição de gênero de seus/as parceiros/as, como é exemplificado a seguir: “As associações com pessoas que conhecemos nesta jornada, principalmente lésbicas e transexuais, foram muito acolhedoras”(Alegría, 2010, p. 7). Outras estratégias citadas também incluíram a autoinstrução por meio da busca de informações sobre a transexualidade (Chester, Lyons & Hopner, 2017; Theron & Collier, 2013; Watts et al., 2017) e a busca por grupos de apoio para parceiras de homens trans (Watts et al., 2017).

Estratégias de enfrentamento do casal: parte dos estudos selecionados (Alegría, 2010; Brown, 2009; Platt & Bolland, 2017) também ressaltaram o uso de estratégias específicas utilizadas pelo casal com o objetivo de garantir a harmonia na relação e evitar sua dissolução frente as mudanças resultantes da transição de gênero do/a parceiro/a trans. Uma das estratégias mais destacadas pelos estudos (Alegría, 2010; Brown, 2009; Platt & Bolland, 2017) foi a comunicação. A comunicação foi referida como fundamental para: garantir a tomada conjunta de decisões na relação; na discussão do significado da transexualidade para cada membro do casal e para a relação em si; sobre as condições sobre as quais essa transição ocorreria; na negociação do uso de pronomes masculinos ou femininos; e na negociação do uso dos corpos com a finalidade de garantir a satisfação sexual. O seguinte excerto sintetiza o que é dito: “Eu fiz uma longa lista de coisas [...] Dessa forma, eu poderia ter algum controle sobre a situação. Nós revisamos essa lista à medida que avançamos e eu concordei com mais itens na lista” (Alegría, 2010, p. 11). Um dos estudos (Watts et al., 2017) destacou a importância da busca de grupos de suporte para o casal que fornecessem a oportunidade de discutir as implicações da transição de gênero na relação. Outro estudo (Alegría, 2010), por sua vez, aborda o ativismo social como um elemento capaz de estreitar os laços afetivos entre o casal.

Relacionamento Abusivo: ainda que este tema tenha emergido a partir de um único estudo (Brown, 2007) considerou-se importante destacar a temática abordada por ele em face de sua originalidade e importância. O estudo destaca relacionamentos entre homens trans e mulheres cis, os quais foram referidos como abusivos por estas mulheres, sujeitos do estudo. Entre os principais pontos levantados pelo estudo, destacou-se os conflitos na relação ocasionados pela instabilidade emocional dos parceiros trans, sendo essa por vezes associada ao uso de hormônios. Entre as formas de violência praticada estão a física, a emocional, a ameaça e a manipulação financeira. As colaboradoras destacaram a dificuldade de se

enxergarem como vítimas de um abuso, apontando que viam a condição de homem trans de seus parceiros como algo que os tornava mais oprimidos socialmente do que elas, de forma que, ao tentarem se enxergar como oprimidas na relação, a lógica estaria sendo invertida, assim como exemplificado por uma das colaboradoras: “Passei tanto tempo pagando por seus testes de sangue e sua testosterona, os quais ele necessitava. E se eu não pagasse... eu era uma péssima namorada, não o apoiava e então eu me tornei 'anti-trans'” (Brown, 2007, p. 12). Essa circunstância foi apontada pelas participantes como geradora de um silenciamento diante das agressões, bem como o medo de se exporem e serem julgadas dentro da comunidade LGBTQIA+.

Os resultados obtidos são representados na Figura 4.

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 4

Representação gráfica dos resultados obtidos no estudo

A linha central representa a mudança no arranjo conjugal vivenciada de maneira conjunta pelos dois membros do casal. A mudança se inicia com a revelação da transexualidade do/a parceiro/a trans, a qual geralmente é sucedida por um período de instabilidade na relação, onde são comuns a vivência do preconceito e de um temor do casal em expor-se publicamente. No momento seguinte, a conjuntura relacional começa a assumir um novo formato mediante o

uso de estratégias de enfrentamento, das mudanças nos papéis de gênero e no (re)arranjo dos corpos. No último momento emerge um novo arranjo relacional.

DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a experiência da conjugalidade em casais cis-trans que vivenciaram a transição de gênero do/da parceiro/a cis é marcada por uma experiência de co-transição entre o casal no que tange a maneira deste se relacionar afetivamente, sexualmente e socialmente. A transição coloca o casal em um campo de mudanças onde a instabilidade na relação é comum e pode por vezes levar a dissolução do relacionamento. A insegurança ocasionada pela mudança nos papéis de gênero, pelas mudanças corporais e pelo temor de expor publicamente o relacionamento, devido a possíveis ataques discriminatórios, são alguns dos fatores mais presentes neste período. Por outro lado, o uso de algumas estratégias de enfrentamento como a comunicação, o suporte familiar e o apoio da comunidade LGBTQIA+ tendem a abrandar estes fatores e permitir que a relação atinja um ponto de estabilidade e felicidade para o casal.

É importante mencionar que, embora a busca tenha utilizado uma série de terminologias consideradas análogas ao termo “trans”, incluindo “travesti”, um termo utilizado quase que exclusivamente no Brasil, o termo “transgender” apresentou maior prevalência a nível internacional para se referir às pessoas trans. A este respeito, também ficou evidenciado que os estudos selecionados, com exceção de um, utilizam o termo “transgender couple” para se referir a um casal formado por uma pessoa cis e uma pessoa trans, configuração essa também descrita como “casal cis-trans”. Dessa maneira, pode-se observar a predisposição em nomear o casal, em sua totalidade, como “trans” a partir da presença de um/uma único/a homem ou mulher trans na relação conjugal, como se a identidade do/da parceiro/a trans sobrepusesse o próprio conceito de conjugalidade. Além disso, constatou-se também uma negligência relacionada aos casais formados por duas pessoas trans (ou casais transcentrados).

Apesar dos estudos definirem como objetivo de investigação a compreensão da experiência da conjugalidade, apenas dois estudos elegeram casais para compor suas amostras, de forma que foram privilegiados em sete deles a visão de apenas uma pessoa que se relacionava ou havia se relacionado com uma pessoa trans. Dentre estes 7 estudos, apenas 1 deles incluiu pessoas trans em sua amostra, sendo que o restante elegeu exclusivamente a perspectiva de pessoas cis sobre a circunstância conjugal. Em síntese, a literatura científica, ainda que se propusesse a abordar a conjugalidades trans, optou por discuti-la sem explorar as experiências

do binômio que faz com que o relacionamento exista, ou, na interpretação de Féres-Carneiro (1998), da experiência de duas identidades que, quando em contato uma com a outra, fazem emergir uma terceira identidade: a conjugalidade em si. Somando esta conjuntura ao fato da experiência das parceiras cis terem sido privilegiados e uma configuração de casal transcitrado ter sido quase ignorada, pode-se inferir que a literatura científica reproduziu, de forma consistente, um conceito heteronormativo de conjugalidade.

Os padrões culturais heteronormativos impõe que o desejo afetivo-sexual heterossexual é o único caminho possível para qualquer indivíduo em sua trajetória de vida (Warner, 1991). Dessa forma, há uma orientação de que seu corpo biológico, seu desejo sexual e sua identidade de gênero devem estar alinhados de acordo com essas concepções normativas da cultura, naturalizando, com isso, toda experiência identitária identificada como cis (Petry & Meyer, 2011). A Heteronormatividade, por tanto, produz o corpo, o demarca e o diferencia dos outros corpos, diferenciação esta que resume estes corpos às categorias “homem” e “mulher”, o que é denominado de *binarismo de gênero* (Butler, 2015).

Se os indivíduos identificados como homens ou mulheres heterossexuais e cis são os únicos que tem seus desejos e suas identidades validadas pela heteronormatividade, então todos os desejos e identidades que escapam a estas identificações são marcados como marginais, estranhos e repulsivos, cuja existência não deveria ser possível (Butler, 2019). Homens e mulheres trans ocupam precisamente este lugar de marginalidade. Posto isto, é pertinente identificar que a prevalência da experiência cis nos estudos selecionados, ainda que seja pertinente e consiga apresentar consistentemente o fenômeno da conjugalidade, materializa o local de privilégio que pessoas cis ocupam na sociedade, ao mesmo tempo que denuncia a experiência trans como ocupando um lugar secundário mesmo em circunstâncias onde ela deveria ocupar lugar de destaque.

O predomínio do padrão heteronormativo na literatura também pode ser observado a partir do momento que identificamos que a quase totalidade dos estudos selecionados concentrou-se em casais, anteriormente formados por pessoas cis e identificados, em sua maioria, como heterossexuais, que vivenciaram a transição de gênero do/a parceiro/a trans, cenário este também identificado na revisão da literatura de Lomando e Nardi (2013). A circunstância buscada pelos estudos representa justamente a fuga de um modelo heteronormativo de conjugalidade para um modelo não normativo, mudança essa supostamente marginal e digna de análise detalhada sobre suas consequências, ainda que, como já mencionado, o interesse por essas consequências recaiu na maior parte das vezes sobre as parceiras cis.

Entre as principais consequências da mudança de gênero do/a parceiro/a trans referidas pelas parceiras cis, se destacaram os sentimentos de choque, confusão e especialmente o questionamento destas sobre a própria sexualidade e papel ocupado na relação. É possível perceber que o modelo heteronormativo de relação conjugal atua como uma garantia de conforto e segurança para as parceiras ao estabelecer lugares bem marcados para cada membro da relação: o lugar do homem heterossexual e o lugar da mulher heterossexual. A transição, portanto, representou um momento onde as supostas certezas baseadas nos papéis de gênero naturalizados pela cultura tiveram de ser revistas. Sobre este aspecto, é importante questionar inclusive a ausência de livre escolha de parceiros/as por pessoas cis diante da repressão social, uma vez que o/a parceiro/a aceitável socialmente está dentro de um espectro identitário muito limitado (Zampiroli, 2018). É importante considerar também que existe uma dificuldade inerente aos casais cis-trans/travesti em funcionar além de uma “gramática de relação heterossexual”, onde os papéis de sexo/gênero apresentam grande rigidez e pouco espaço para um “sript conjugal” que não seja previsível (Pelúcio, 2006).

Os resultados deste estudo mostraram que não foi apenas o/a parceiro/a trans que transicionou: a parceira teve de fazer sua própria transição, não para outra identidade de gênero, mas para uma outra concepção das propriedades de sua própria identidade de gênero e se a mesma estava tão sincronizada com a Heteronormatividade como se percebia até então. Twist, Barker, Nel e Horley (2017) positavam o apoio da parceira cis durante a transição do parceiro trans como sendo de fundamental importância para garantir a manutenção do relacionamento.

Neste sentido, as relações sexuais foram consideradas um dos principais desafios nesta mudança, exigindo do casal uma reorientação de seus corpos no sentido de buscar novas formas de se relacionar e sentir prazer no ato sexual. Tais mudanças resultaram, na maior parte das vezes, num aumento do nível de satisfação sexual, o que pode ser interpretado como um reajuste não apenas dos corpos, mas dos próprios papéis de gênero, uma vez que os próprios corpos portam marcas de gênero: o pênis é marcado como órgão masculino e a vagina como órgão feminino (Butler, 2015). Dito isso, como o corpo e o gênero encontram-se igualmente atravessados pelas normativas culturais, o ato de repensar e revivenciar qualquer um deles envolve necessariamente repensar e reviver o outro. De forma complementar, Tree-McGrath, Puckett, Reisner e Pantalone (2018) afirmam que existe uma via dupla entre as identidades trans e as relações sexuais: ao mesmo tempo que as relações sexuais atuam na afirmação do gênero de pessoas trans, a afirmação desta identidade resulta em relações sexuais mais satisfatórias.

O movimento de co-transição do casal para um novo modelo de conjugalidade o coloca em uma circunstância de vulnerabilidade, uma vez que tanto a mudança na identidade de gênero

do/a parceiro/a trans como a mudança de papel de gênero da parceira cis representam uma transgressão à Heteronormatividade, de forma que, toda transgressão tende a ser punida (Santos, 2012). Essa punição se traduziu nos estudos por meio do temor relatado pelo casal em se expor em público e nos conflitos com o círculo social e familiar, resultando, por vezes, na dissolução dos vínculos afetivos. O enfoque oferecido pelos estudos à vivência das parceiras cis deste momento, ainda que possa ser criticado, é revelador de que a discriminação sofrida pelo/a parceiro/a trans é extensiva: não só o/a parceiro/a trans sofre de um processo de marginalização mas também quem está ao lado dele/a é identificado/a socialmente como portando a mesma “marca” de marginalidade.

Os estudos selecionados relataram a necessidade do uso de estratégias adaptativas de ambos os membros do casal para enfrentar as circunstâncias de vulnerabilidade ocasionados pelo estado de marginalização resultante da transição. Entre as estratégias, a comunicação foi a que mais se evidenciou como útil desde o momento da revelação da transexualidade do/a parceiro/a trans até a vida conjugal depois do encerramento da transição. A comunicação teve papel essencial na manutenção do relacionamento conjugal ao permitir que as tomadas de decisão fossem realizadas de maneira conjunta em relação a transição do/a parceiro/a trans no que diz respeito a sua velocidade e as suas etapas. Também foi de fundamental importância discutir o uso de pronomes de tratamento e as pessoas que seriam informadas tanto da transexualidade do/a parceiro/a trans quanto de sua transição de gênero. Outras estratégias, desta vez voltadas para as parceiras cis, incluíram o suporte de amigos e familiares, a busca de informações sobre transexualidade e o apoio da comunidade LGBTQIA+.

É necessário destacar que um estudo em específico destoou dos demais ao colocar sobre discussão os efeitos nocivos da transição conjugal na perspectiva do relacionamento abusivo. O estudo abordou relacionamentos entre homens trans que haviam transicionado durante seu relacionamento com mulheres cis. O período de transição, marcado pela instabilidade emocional dos parceiros trans associada ao uso de hormônios e pela condição de marginalidade social experienciada, foi marcado pelo uso da violência física e emocional, pela presença de ameaças e pela manipulação financeira, sendo essa última possivelmente derivada das dificuldades de reposicionamento laboral de pessoas trans. Um dos pontos que mais que chamaram a atenção foi a dificuldade das parceiras cis em relatar a violência sofrida por entenderem que, por pior que fosse a opressão sentida por elas no interior do relacionamento, a opressão social que os parceiros sofriam era muito maior. Essa possível “subversão das opressões” era sentida pelas mulheres com culpa, como se a denúncia as torna-se anti-trans.

O que se observa aqui são os perigos de se sobrepujar uma opressão em face de outra, sendo que a na verdade as opressões coexistem dentro da sociedade e muitas vezes encontram-se atravessadas pelos mesmos dispositivos (Rubin, 2011). Se pessoas trans sofrem opressão frente a seu gênero, é importante conceber que as mulheres também sofrem, sendo essa opressão baseada em papéis de gênero que, no caso do estudo, se reproduziu nos relacionamentos entre um indivíduo que assumiu um papel “masculino” (homem trans) e um outro que assumiu o “feminino” (mulher cis): uma suposta inversão de opressões ocorrida fora do sistema binário de gênero que na verdade materializou uma opressão mantida ao longo da história por esse mesmo binarismo.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos por essa metassíntese permitem afirmar que a transição de gênero de indivíduos trans é vivida e compartilhada por seus/suas parceiros/as cis e que ela acarreta profundas mudanças na conjuntura dos relacionamentos conjugais aos quais estão inseridos. A conjugalidade transiciona de um modelo heteronormativo para um modelo de relação socialmente marginalizado e que, devido a isso, precisa ser repensado pelo casal no sentido de garantir a continuidade do relacionamento.

Também foi constatada a existência de uma tendência da literatura científica em abordar o tema da conjugalidade trans através de uma amostragem que privilegia a perspectiva de indivíduos cis sobre os relacionamentos que envolvem indivíduos trans, relegando estes últimos a uma condição secundária. Dito isso, pontua-se não só a importância de empreender um número maior de estudos que enfoquem a conjugalidade trans, mas também que estes estudos façam uso de amostragens compostas por ambos os membros da relação, além de um aprofundamento maior nas histórias de vida do casal. Da mesma maneira, também é importante despender maior atenção não apenas a casais cis-trans, como na quase totalidade dos estudos selecionados, mas também casais transcentrados. Diante da inexistência de achados na literatura nacional, pontua-se a necessidade de compor um campo de estudos brasileiros relacionado à temática.

3. JUSTIFICATIVA

Assim como pontuam Petry e Meyer (2011), o conhecimento sobre os eventos relacionados à transexualidade e às pessoas trans e travestis tem atraído crescente interesse no campo científico e junto à população de maneira geral. À medida que o grau de interesse pelo tema da diversidade sexual e de gênero avança na agenda de pesquisa, abrindo um flanco de interesses sobre as “sexualidades dissidentes”¹⁶, é fundamental que os estudos lancem mão de novas frentes de investigação, libertas dos vícios que confirmam e assinalam estereótipos relacionados à sexualidade, os quais são característicos da ciência tradicional (Morán, 2010). Desse modo, é necessário que os estudos que versam sobre as minorias de gênero busquem não apenas uma compreensão científica biológica da sexualidade, em acordo com a lógica biomédica, mas que busquem sobretudo esquadrihar os inúmeros desdobramentos que existem no interior dessa temática, figurando entre eles os temas das conjugalidades cis-trans e transcitradas.

Embora o número de pesquisas sobre pessoas trans e travestis venha aumentando, a maior parte delas se concentra nas áreas médica e jurídica, sendo possível perceber a existência de negligência no que tange às questões subjetivas que afetam os relacionamentos das pessoas trans e travestis, bem como a maneira particular como seus/suas parceiros/as vivenciam essas questões (Alegría, 2012). Neste ponto, é importante notar que a desvalorização projetada sobre às relações cis-trans e transcitradas atinge não apenas a pessoa trans/travesti do casal, mas também seu/sua parceiro/a cis, que aparentemente tem sua identidade marginalizada como extensão da marginalização de seu/sua parceiro/a.

Ettner (2007) chama a atenção para a indigência de estudos relacionados aos relacionamentos românticos e os fatores psicossociais associados à vida conjugal da população trans/travesti. As investigações optam por focalizar a atenção, na maior parte das vezes, nos mecanismos utilizados nas atividades sexuais e na funcionalidade do aparelho genital que tenha sido reconstruído por meio da cirurgia de redesignação de gênero.

A experiência da conjugalidade, antes atrelada a um fenômeno social institucionalizado, é na atualidade vislumbrada como um projeto de vida de duas pessoas que pactuam metas em comum (Zordan & Wagner, 2009). Sendo assim, longe de ser uma necessidade ou uma afiliação

¹⁶ O termo “dissidência sexual” foi cunhado por Gayle Rubin em 1984 (Rubin, 1998/1984).

cultural coercitiva, verifica-se, no espaço conjugal construído a partir do encontro de dois indivíduos, um ambiente fértil repleto de significações multideterminadas, onde se observam conflitos, angústias, medos e ansiedades, mas também amor, felicidade, cumplicidade e realizações compartilhadas. Essa “desconstrução” da conjugalidade tradicional é especialmente observada nas relações trans e homossexuais, uma vez que, ainda sem uma tutela do Estado na maioria dos países, essas experiências conjugais se configuram como uma aliança de vida, onde o que une os pares é essencialmente o afeto (Mosmann, Lomando, & Wagner, 2010).

Considerando o exposto, o presente estudo justifica-se a partir da necessidade de explorar configurações conjugais ainda pouco investigadas na literatura científica, conforme aponta a Metassíntese empreendida para fundamentar esta investigação. Para tanto, intenta-se partir do aprofundamento da compreensão da dinâmica que envolve os relacionamentos cis-trans e transcitrados.

Por fim, o estudo das conjugalidades cis-trans e transcitradas também tem a finalidade de desvelar as vivências de amor, cumplicidade e companheirismo que se crêm possíveis dentro dessa configuração de relacionamento (Alegría, 2010), além de discutir os estereótipos atrelados às relações com pessoas trans/travestis e problematizar o modelo normativo que assegura a manutenção da não-inteligibilidade das mesmas.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Investigar as narrativas de casais cis-trans e casais transcitrados acerca de seus relacionamentos afetivos.

4.2. Objetivos específicos

Como objetivos específicos tem-se:

- (1) investigar o modo como os casais percebem a influência de fatores externos no seu relacionamento afetivo;
- (2) analisar a percepção dos casais acerca da maneira como suas relações são representadas por suas comunidades, família e amigos;
- (3) compreender a dinâmica de relacionamento conjugal dos casais.

5. MÉTODO

5.1. Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, de corte transversal. O estudo qualitativo, no campo das ciências sociais, mostra-se especialmente adequado quando se objetiva compreender um conjunto de fenômenos a partir do contato direto do pesquisador com o objeto de pesquisa. Tendo como motor principal a valorização da experiência subjetiva e sem um compromisso com a quantificação e medição de eventos, o objetivo da pesquisa qualitativa é “[...] reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (Maanen, 1979, p. 520).

Ainda que os estudos qualitativos possam apresentar diferenças entre si em relação aos objetivos, métodos e formatos, Godoy (1995) lista algumas características que estudos dessa natureza devem abarcar, tais como: a fonte direta de dados é o ambiente natural e o pesquisador deve ser o instrumento principal; o caráter do estudo é descritivo; os significados que os indivíduos atribuem à vida e às coisas são os principais elementos de preocupação do pesquisador; o enfoque do estudo é indutivo.

Este estudo pretende, como referencial teórico, realizar a análise dos dados coletados através de obras diversas de autores que compõem o campo da *Teoria Queer*, oferecendo especial atenção ao conceito de Heteronormatividade. Como referencial metodológico optou-se pela Teoria Fundamentada nos Dados (TFD).

5.2. Referencial teórico

A Teoria Queer e a Heteronormatividade

“O que é *Teoria Queer*?” Não existe uma resposta fácil para essa pergunta, visto que a *Teoria Queer* não é simples de ser definida. Nas palavras de Warner (1991): “O apelo da teoria *queer* superou o sentido de qualquer um sobre o que ela significa” (p. 31). É questionável, inclusive, utilizar o termo “teoria” para descrevê-la, uma vez que ela não apresenta um arcabouço teórico milimetricamente estruturado no qual pesquisadores se embasam diretamente para conduzir seus estudos. Desta maneira, para que a palavra “teoria” ganhe sentido aqui, é necessário repensá-la fora do escopo de outras teorias, como a quântica, a teoria dos sistemas e a teoria da relatividade.

O sociólogo Javier Sáez acredita que a *Teoria Queer* está mais relacionada a uma prática do que a uma teoria no sentido mais clássico, tendo em vista que, em sua visão, ela “[...] não é um *corpus* organizado de enunciados, nem tem qualquer pretensão de cientificidade, nem tem um autor único, nem aspira a dar conta de um objeto claramente definido [...]” (Sáez, 2004, p.126). O pensador resgata no filósofo Gilles Deleuze as ideias de “ação de teoria” e “ação de prática”, as quais remetem a existência de um número infinito de “pedaços”, tanto teóricos quanto práticos, que jamais atingem uma totalidade representativa de um *corpus* teórico. Trata-se, portanto, de negar uma consciência que represente o intelectual, abdicando do “intelectual maldito” *foucaultiano* que toma para si a primazia do saber e a missão de mostrar aos demais a existência das desigualdades. Ao invés disso, pensa-se que as massas detêm um saber próprio, não necessitando de um intelectual como intermediário. Tendo isso em vista, Leopoldo (2017) afirma acreditar que a *Teoria Queer* “[...] está muito mais próxima de uma ação-teórica que de um sistema fechado em si mesmo” (p.12).

Ao assumir a *Teoria Queer* como um ação-teórica, é possível contrapormo-nos a ideia de “teoria” clássica presente nas ciências de filiação positivista, o que nos garante alguns benefícios. Um deles é a possibilidade de romper com as limitações que um arcabouço teórico apresenta. Como o próprio nome refere, um “arcabouço” é um instrumento de contensão e restrição. No caso, falamos sobre a restrição do conhecimento. Empregar a ideia clássica de “teoria” implica em aceitar refrear os caminhos que os fluxos do pensamento e do conhecimento do estudioso podem seguir, tendo em vista que a “teoria” é resguardada por suas próprias características que produzem limites específicos para si. Sendo assim, quaisquer fluxos que tentem ou pareçam caminhar em sentidos opostos a aqueles definidos pela “teoria” são imediatamente coibidos. Nesta circunstância, o estudioso ou é convidado a “adaptar” seu pensamento dentro dos limites da “teoria” ou então ele é convidado a se desfiliar da mesma, por vezes recebendo o título de “dissidente”.

Uma *ação-teórica queer* é, desta maneira, capaz de agregar maior mobilidade ao pensamento e contribuir para a composição de um repertório teórico em que as diferentes formas de saber não resultem em um campo de guerra. É comum observar que muitos dos intelectuais descritos como *queer* apresentam, por vezes, ideias contraditórias entre si. No entanto, isso está longe de ser considerado um “desleixo teórico-conceitual”: esse fato revela nada mais do que o “espírito *queer*” sendo reproduzido pelos seus adeptos: se deve haver liberdade de existir enquanto ser humano, deve haver liberdade em criar e pensar fora de uma matriz teórica única e que limite o processo da produção intelectual, sendo que as contradições são parte da dialética desse processo.

Outro aspecto importante da mobilidade conferida pela *Teoria Queer* é a possibilidade de que o ato de pensar as diferenças e a diversidade ultrapasse as barreiras dos campos científico e acadêmico, locais aos quais ele tende a ser encarcerado, e que ele atinja os indivíduos em um contexto mais amplo. Longe de poder ser encarada como uma propriedade dos bem letrados e bem favorecidos, no que tange o nível de aprendizagem formal, a *Teoria Queer* também reside na forma como o indivíduo enxerga o mundo e se posiciona diante dele e de sua inesgotável diversidade. Esse posicionamento se processa diretamente nas relações humanas, principalmente na relação com os indivíduos que são considerados portadores de identidades abjetas¹⁷.

Traçando um panorama histórico, verificamos que o vocábulo *queer* existe na língua inglesa desde o ano de 1500 e que sua semântica sempre disse respeito a algo “estranho” ou “escabroso”. Já nos Estados Unidos, até a década de 1980 era empregado como um termo pejorativo para se referir a homens homossexuais (Barker & Scheele, 2016). A subversão do vocábulo se deu num contexto histórico-político significante para todos aqueles que sofrem algum tipo de expurgo na esfera social, notavelmente negros, mulheres cis, homossexuais, lésbicas e trans. Mas que contexto era esse?

Nos anos 1960, um forte impulso crítico às normas sexuais vigentes desencadeou inúmeros acontecimentos, como a evolução do movimento feminista, tanto nos Estados Unidos como no mundo “não-ocidental”, os movimentos pelos direitos cívicos da população negra no sul dos Estados Unidos (evento que veio na sequência das sucessivas abolições da escravidão em inúmeros países da América e da Europa) e o movimento homossexual, movimento esse que se ampliou e atualmente abraça inúmeras siglas (identidades), sendo referido na maior parte das vezes como Movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros) (Miskolci, 2017).

A crescente organização dos movimentos das chamadas “minorias sociais”¹⁸ e da sofisticação de seus mecanismos de enfrentamento das desigualdades sinalizaram a necessidade em se rever as estruturas sociais que sustentavam essas desigualdades e de ampliar o conhecimento político e teórico acerca da temática. Sendo assim, passou a ser fundamental

¹⁷ Essas identidades abjetas são aquelas que são expurgadas do campo social por não condizerem com a “ordem social” vigente (Butler, 2015).

¹⁸ Quando se fala em “minorias sociais”, estamos nos referindo a um conceito relacionado a segmentos populacionais que, por suas diferenças corporais, inserção histórica, noções de bem-viver, representação social e tratamento desigual pela organização da sociedade sofrem opressão que resulta em exclusão e vulnerabilidade social (Goffman, 1988).

pensar e transformar as experiências de vida dos grupos sociais que sofriam algum tipo de exclusão.

Uma das iniciativas mais marcantes nesse contexto foi a criação da *Queer Nation*, uma organização ativista dos direitos LGBT (as outras letras da sigla atual ainda não eram contempladas) fundada em 1990 em reação e resistência ao novo momento biopolítico instaurado pela epidemia de Aids iniciada nos anos 80. A reação foi necessária porque a “ordem social”, ao “atestar” a Aids como uma “praga gay”, fez com que a comunidade LGBT, já muito discriminada, tivesse sua existência ligada a algo concretamente patológico e infeccioso, o que garantia não só a manutenção de sua abjeção por membros próximos da comunidade, como também pelo próprio Estado, o que inclui os sistemas de saúde. Para tanto, a subversão do vocábulo *queer* pela *Queer Nation* foi um grito de revolta e ao mesmo tempo uma apropriação identitária no sentido de chamar a atenção para grupos sociais que eram (e são) alvos de nojo, rejeição e abjeção (Miskolci, 2017).

É preciso esclarecer que, por abjeto, compreende-se aquele indivíduo cuja identidade sofre do processo de abjeção, sendo que ela “[...] relaciona-se a todos os tipos de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler, 2015, p. 32). Aquilo que é abjeto deve ser descartado para que não contamine os demais. Desta forma, o indivíduo abjeto passa a temer a exclusão, uma vez que a sua existência é vista pela sociedade como uma ameaça aos regimes de poder produzidos em seu interior e o indivíduo alinhado a essa “ordem social” passa a temer pela perturbação de sua própria identidade.

Fica claro, portanto, que o “estranho”(queer) e abjeto vislumbrados na *Teoria Queer*, não se limitam a indivíduos rejeitados dentro do escopo da sexualidade e do gênero como se costuma imaginar, mas sim todo/a aquele/a cuja identidade, corpo e existências não são contemplados como *inteligíveis* dentro das estruturas, normas, regimes e ordem sociais vigentes, o que renega os indivíduos a condição de *não-intelegibilidade*. ou seja, a uma condição em que suas existências não podem ser assimiladas por outros. Os exemplos de indivíduos abjetos são múltiplos, abrangendo os campos do gênero, sexualidade, raça, religião, classe social, idade, nacionalidade e muitos outros¹⁹. No entanto, assim como pontua a filósofa

¹⁹ Já no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, inúmeros autores apontaram que a *Teoria Queer* praticada até então era derivada de análises que partiam de uma epistemologia centrada em indivíduos brancos e burgueses (Rea & Amancio, 2018). Desta maneira, era necessário repensar a *episteme* associada à interpretação das produções discursivas do corpo, do sexo e do gênero de modo que ela pudesse assimilar uma intersecção com outros *marcadores sociais da diferença*, como a classe, raça/cor, etnia, idade, “necessidades especiais”, entre outros. Para além disso, a *episteme* também deve ser repensada partindo dos locais em que ela é produzida, o qual, quase sempre

Judith Butler (2015), deve existir cuidado ao nomeá-los e até mesmo evitar fazê-lo, uma vez que nunca seremos capazes de enumerar todos os indivíduos abjetos, já que a abjeção se dá por circunstâncias e contextos incontáveis. Alguns dos exemplos mais recentes que podemos destacar incluem: a abjeção de imigrantes islâmicos pelo Estado na França; as pessoas contaminadas pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19, que são ignoradas pelo poder executivo de países tais como o Brasil e Estados Unidos por serem um atestado vivo, ou até mesmo morto, do descaso de seus líderes com a saúde pública; os indígenas que lutam para garantir o direito à demarcação de suas terras, mas são alvo de descrédito estatal e da violência de fazendeiros; homens e mulheres trans, além de travestis, que evitam frequentar Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e hospitais pelo temor de passarem, ou já terem passado, por constrangimentos relacionados ao uso de seus nomes sociais e por não reconhecerem o atendimento médico como suficientemente instrumentalizado para atender às suas necessidades específicas, e muitos outros.

Pontua-se que o presente estudo, ainda que pretenda abraçar a amplitude das diversas abjeções abraçadas pela *Teoria Queer*, irá focar-se nas abjeções no campo da sexualidade e do gênero no intuito de fornecer um substrato teórico-conceitual para discutir a conjugalidade vivenciada por casais cis-trans e casais transcitrados. É precisamente nesse contexto dos estudos da sexualidade e do gênero aqui focalizados, os quais eram referidos como “estudos gays e lésbicos” até o início da década de 1990, que o vocábulo *queer* foi empregado pela primeira vez pela historiadora feminista Tereza de Lauretis em 1991 como uma teoria. A respeito desse período, a autora argumenta:

Meu projeto de teoria *queer* consistia em iniciar um diálogo entre lésbicas e homens gays sobre a sexualidade e sobre nossas respectivas histórias sexuais. Eu esperava que, juntos, romperíamos os silêncios que haviam sido construídos nos “estudos lésbicos e gays” em torno da sexualidade e sua interrelação com o sexo e a raça (por exemplo, o silêncio em torno das relações interracialis ou interétnicas) (Lauretis, 2015, p. 109).

é aquele representado pela figura do colonizador, o que aciona a necessidade de construir epistemologias *decolonizadas*. Segundo Larissa Pelúcio (2012), no campo da *Teoria Queer* “[...] temos que construir e afinar nossas próprias ferramentas conceituais e teóricas, justamente para pensar essa realidade particular” (p. 413). Como resposta para essas contestações, emergiu, no início dos anos 2000, aquilo que ficou conhecido como *Teoria Queer of Colour*, a qual é descrita por Roderick A. Ferguson, autor de *Aberrations in black*, como uma “[...] interrogação das formações sociais em termos de interseções de raça, gênero, sexualidade e classe, com o interesse particular em destacar como essas formações correspondem ou divergem de ideias e práticas nacionalistas. A análise *Queer of Colour* é uma empresa heterogênea que deriva do feminismo das mulheres não brancas, de análises materialistas, da teoria pós estruturalista e da crítica *queer*” (Ferguson, 2013, p. 147).

Neste período, uma série de pensadores, especialmente influenciados pelo movimento pós-estruturalista, que viam nos filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida duas de suas maiores referências, começaram a constituir uma significativa obra voltada para uma oposição crítica dos “estudos gays” empreendidos até então (Miskolci, 2017). Diferente dos estudos criticados, que na visão dos autores *queer* reproduziam os mecanismos de exclusão perpetrados pela “ordem social”, a *Teoria Queer* tinha como intuito repensar a maneira como o gênero e a sexualidade eram assimilados até então.

No que tange o campo do gênero e da sexualidade, um fio condutor que geralmente une os autores *queer* é a atenção dispensada ao estudo da marginalização dos grupos humanos não contemplados na “cultura heterossexual”, como pessoas trans, travestis, homossexuais, lésbicas e outros indivíduos que vivenciam seu gênero e sua sexualidade para além dessa cultura (Barker & Scheele, 2016). É amplamente defendida por autores *queer* como Gayle Rubin (1984), Paul Preciado (2017), J. Halberstam (2012) e Annamarie Jagose (1996) a tese de que o gênero não deve ser visto como um destino imutável traçado a partir de um corpo biológico, mas como o produto da ação de normas derivadas de uma estrutura social *heteronormativa, binária, cis-heterossexual e patriarcal* que tentam naturalizar e patologizar as expressões sexuais e de gênero ao sabor de seus interesses.

Nesse ponto, talvez seja possível conceituarmos a *Teoria Queer* de uma forma mais sintética nos utilizando da definição de Annamarie Jagose, a autora de *Queer Theory: an introduction*, o primeiro livro da história a utilizar o termo *Teoria Queer* em seu título:

Embora não haja um consenso crítico sobre os limites de definição sobre *queer* - indeterminação esta que tem sido um de seus encantos amplamente promovidos – seus contornos gerais são frequentemente esboçados e debatidos. Em termos gerais, *queer* descreve aqueles gestos ou modelos analíticos que dramatizam incoerências nas relações alegadamente estáveis entre o sexo cromossômico, o gênero e o desejo sexual. Resistir a esse modelo de estabilidade – que reivindica a heterossexualidade como sua origem, quando é mais propriamente seu efeito – *queer* concentra-se nas incompatibilidades entre sexo, gênero e desejo. [...] Seja como uma performance travesti ou uma desconstrução acadêmica, *queer* localiza e explora as incoerências nesses três termos que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade “natural”, ele questiona até mesmo termos aparentemente não problemáticos como “homem” e “mulher” (Jagose, 1996, p. 3)

A medida que a *Teoria Queer* está interessada na maneira como os processos socioculturais e as relações de poder atravessam o indivíduo, incluindo o sexo e o gênero, é mais do que natural que a “identidade” seja uma das questões mais marcantes em seu leque de interesses e, para tanto, merece ser discutida mais detalhadamente. É importante frisar que,

embora autores *queer* como Judith Butler²⁰ sejam interpretados, por vezes, como contrários à ideia de uma *identidade de gênero*, essa é uma interpretação enganosa. Na verdade, o que é questionado pela *Teoria Queer* são as identidades enquanto “[...] formas de controle social, uma vez que distinguem populações normais de desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos” (Seidman, 1996, p. 13). Trata-se, portanto, de questionar a identidade como um constructo estável, imutável e determinado.

É preciso considerar que, ainda que a identidade (incluindo a identidade de gênero) seja sentida ou interpretada como fixa pelos indivíduos, ela está a todo o momento sendo questionada e desestabilizada. Segundo a pedagoga Guacira Lopes Louro (2001), pioneira na *Teoria Queer* no Brasil, ao afirmar uma identidade, o indivíduo demarca e ao mesmo tempo nega uma identidade oposta, que é constituída como sua diferença, um “outro” que é negado, mas que nunca se ausenta. Esse “outro” é indispensável. A identidade que é negada é parte do indivíduo, ela lhe fornece limites e coerência, ao mesmo tempo que o perturba com sua instabilidade.

A descrição da autora sobre a identidade nos convida a fazer um breve parêntese para tratar de um fato bastante fundamental sobre a epistemologia da *Teoria Queer*, que é a influência direta que ela recebe da corrente filosófica do Idealismo, e, em especial, o Idealismo alemão, representado por figuras como Kant e Hegel²¹. Longe de querer simplificar uma epistemologia que vem sendo discutida desde Platão, podemos, por razões funcionais, entender o Idealismo como sendo uma forma de explicar que as coisas reais que existem são determinadas por uma ideia universal anterior (Dudley, 2013). Isso equivale a dizer que o que chamamos de realidade surge a partir do “mundo das ideias”, sendo estas ideias as responsáveis por moverem as transformações do mundo, bem como fazerem o intermédio entre o indivíduo e a chamada “realidade objetiva”. Esta última pode também ser chamado de “mundo material”,

²⁰ Butler (2015) afirma que “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (p.48). Desta maneira, a filósofa inverte a lógica predominante nas abordagens psicológicas mentalistas, como a psicanálise, afirmando que não existe uma identidade previamente formatada dentro de nós, a qual seria responsável pela maneira como nos comportamos e nos expressamos. Ao contrário, ela nos diz que o nosso próprio comportamento e expressões, como as de gênero, é que produzem a ideia de uma identidade.

²¹ A influência dos dois filósofos em autores/as *queer* é evidente nas obras de Judith Butler e Gayle Rubin. Butler (1999), em sua tese doutorado diz: “Todo o meu trabalho está inscrito em torno de um conjunto de perguntas hegelianas: “qual é a relação entre desejo e reconhecimento e a que se deve que a constituição do sujeito suponha uma relação radical e constitutiva com a alteridade?””(p.14). Gayle Rubin (1984), por sua vez, em seu trabalho *Pensando o sexo*, destaca: “Minha posição sobre a relação entre biologia e sexualidade é um “kantianismo sem libido transcendental”. Leia-se: um Kant que não ultrapassa (“transcende”) além do domínio da experiência imediata para o corpo real, portanto, um dualismo que elimina a matéria” (p. 96).

o que inclui os corpos sexuais, portadores de hormônios, genitais e outros caracteres fenotípicos associados ao “sexo masculino” e ao “sexo feminino”.

Argumentar que o mundo só se apresenta para nós, enquanto indivíduos, a partir de nossa consciência (ou subjetividade) não significa ignorar a materialidade²² e sim entendê-la dentro dos regimes de poder discursivos sobre os quais a própria ideia de matéria é constituída. Em *Corpos que Importam*, Judith Butler (2019) propõe que a materialidade do sexo, expressa por meio das genitálias, por exemplo, não deve ser entendida como algo dado ou pré-existente, mas sim como algo que deve ser interpretada dentro do discurso no qual ela está inserida. A autora argumenta:

Gostaria de propor, no lugar dessas concepções de construção, um retorno a noção de matéria não como local ou superfície, mas como *um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria*. Que a matéria sempre esteja materializada é algo que, penso eu, deva ser analisado em relação aos efeitos produtivos e, de fato, materializantes do poder regulatório no sentido foucaultiano. Assim, a questão não é mais de que forma o gênero é constituído como e por meio de certa interpretação do sexo (uma pergunta que deixa a “materialidade” do sexo fora da teorização), mas mediante que normas de regulação o próprio sexo é materializado” (Butler, 2019, p. 28).

Se a materialização do sexo deriva de processos específicos e a matéria não contém a realidade das coisas em si própria, cabe entendermos que a própria ideia de realidade não se encontra permeada por elementos estáveis cuja “natureza” seja imune a ação contextual e temporal²³. Desta maneira, podemos entender que a construção da realidade é permeada pelas

²² A socióloga marxista Heleieth Saffioti foi uma das principais críticas da suposta “displicência” que o uso do conceito *gênero* oferece à materialidade do corpo. Embora possa parecer uma contradição epistemológica citar uma pensadora marxista em um estudo que discute seus dados com a *Teoria Queer*, isso não é impossível, visto que a própria teoria aqui abordada não produz muralhas ao seu redor para disciplinar o conhecimento. Além do mais, Saffioti (2015) é cirurgicamente precisa ao demonstrar como as diferenças corporais entre os gêneros são tão importantes quanto os discursos e regimes de poder que as envolvem. Ao abordar a violência sofrida por mulheres cis na obra *Gênero, Patriarcado, Violência*, ela discorre: “Quando um povo conquistava o outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de maior força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. Aí estão as raízes do sexismo ... Esta constitui uma prova cabal de que o *gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo*, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, que, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita (Saffioti, 2015, pp. 132-133).

²³ O filósofo Michael Foucault é provocativo ao afirmar que o que conhecemos por *homossexualidade* é algo moderno. Ele não nega que no passado houvesse relações sexuais entre homens, mas que o período e o contexto onde estas relações ocorriam são distintos do fim do século XIX, onde a *categoria* homossexualidade surge. Isso

ações subjetiva e intersubjetiva, nas quais, aquilo que é dado como estável, está sempre sendo desestabilizado por elas a depender do meio e do período temporal em que ocorrem, sendo que o gênero não escapa a essa premissa *dialética*. Uma análise mais simplificada da *dialética* do filósofo idealista alemão Georg W. F. Hegel, tal como proposta por Popper (1940), nos permite entender que a realidade flui a partir de nossa consciência, de forma que o mundo é transformado a partir dela. Nesse modelo, ao longo de toda a história, sempre existiram e, segundo o próprio Hegel, sempre existirão momentos em que uma *tese* (uma situação ou circunstância dada) será confrontada por uma *antítese* (uma situação ou circunstância totalmente oposta). O confronto entre uma *tese* e uma *antítese*, momento esse chamado de *suprassunção*, resulta uma *síntese*, que é totalmente nova e carrega em si mesma elementos que são o produto deste embate. De maneira cíclica, essa *síntese* logo passa a ser confrontada por seu oposto, uma *antítese*, o que confere a ela o status de uma nova *tese*²⁴.

Essa concepção dialética é importante para que possamos entender os movimentos constantes de “formatação” e “desformatação” em que nossas identidades estão engendradas, concepção esta que, por tanto, permite que nos demos conta que não somos o produto apenas de processos afirmativos, mas também de processos negacionais. Estes últimos, em especial, têm grande importância para Butler (2019), uma vez que a relevância da negação em nossas trajetórias quebra a ideia de que a identidade obedece a uma construção social linear, a qual só poderia resultar em um constructo estável e pouco propenso a mudanças. Ao invés disso, podemos pensar nossa identidade como algo que é afirmado ou estabilizado em algum momento (*tese*) para logo depois ser negada ou desestabilizada (*antítese*), resultando em estágio superior ao que ela era anteriormente (*suprassunção*), mas que ainda contém um pouco do que ela era de “início” (*tese*). Negar não significa abolir, e sim conservar algo que está dado para, em seguida, avançar para um novo estágio²⁵. A história não regride ou faz pausas, de forma que não haveria por que fazermos o mesmo.

porque, se no século XVI, por exemplo, a sodomia entre dois homens era vista como um ato que atentava contra as leis de Deus, no fim do século XIX as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo passam a identificar os indivíduos como uma “espécie”, ou seja, um ser que apresentava uma sexualidade perversa no interior do regime de poder das ciências médicas (Spargo, 2017).

²⁴ Na obra *A ciência da lógica*, Hegel descreve seu método dialético da seguinte maneira: “A lógica possui, segundo a forma, três lados. [...] esses três lados não constituem três *partes* da Lógica, mas são momentos de cada realidade lógica, isto é, de cada [...]. (a) O pensamento, enquanto *entendimento*, fixa na determinidade finita e em sua diferenciação em relação a outra determinidade; [...] (b) O momento dialético é a autossuperação de tais determinações finitas e sua transição para suas opostas [...]. (c) O momento *especulativo*, ou *positivamente racional*, apreende a unidade das determinações em sua oposição – o *afirmativo* que está contido em sua resolução e em sua passagem (a outra coisa)” (Hegel, 2016, pp. 79-82).

²⁵ Outro exemplo desse conceito dialético pode ser localizado quando Freud elaborou seu modelo de funcionamento mental que ficaria conhecido como *primeira tópica*. Nesse modelo, um conteúdo consciente (*tese*)

A instabilidade da identidade não é sinônimo de desrealização, mas sim de um movimento contínuo onde o sujeito absorve e ao mesmo tempo rejeita a normatividade que é imposta sobre ele. Ele a aceita para depois a negar e depois a aceitar e negar novamente num ciclo que nunca termina. No que diz respeito a identidade de gênero, Butler (1999) argumenta que o sexo é uma norma que emerge a partir de um “ideal regulatório” da ciência ocidental sobre ele mesmo. Esta prática regulatória produz corpos sexuais regulados em nossa cultura, os demarcando e diferenciando dos outros corpos, diferenciação esta que resume estes corpos às categorias “homem” e “mulher”, o que é denominado de *binarismo de gênero*.

Judith Butler (2015) argumenta que, para que as normas reguladoras operem de forma eficaz, elas estão sempre sendo reiteradas sobre o corpo do indivíduo. Essa reiteração se dá por meio da *performatividade*. Esse conceito, elaborado por Butler a partir da interpretação de Jacques Derrida da obra de J. L. Austin, estabelece o gênero como um ato/performance em que o indivíduo reproduz efusivamente as significações culturais atribuídas ao seu “gênero de nascimento”, de forma a garantir a manutenção do *binarismo*. Um dos problemas aqui é que, justamente pelo gênero não possuir a priori (geneticamente) nenhum tipo de significação, os corpos não se docilizam frente à performance do sujeito, de maneira que eles devem sempre estar performando a fim de garantir uma pretensa unidade do gênero (Porchat, 2014). Mais do que questionar a obrigatoriedade do *binarismo de gênero*, Butler questiona a própria ideia de gênero como constructo genético/biológico estável e imutável, o qual acompanharia o indivíduo ao longo de sua vida sem sofrer variações. Desta maneira, ela demonstra compreender que o gênero se localiza no ato e não no constructo.

A ideia de gênero como uma *performance* é uma crítica direta de Judith Butler aos modelos que pensam a identidade como uma substância. A ideia de substância não passa de uma ilusão que incide sobre o próprio sujeito e que lhe fornece a crença que sua identidade é estável e imutável, uma vez que essa crença é fundamental para garantir a manutenção da “cultura heteronormativa”. Além disso, é preciso destacar que não só a subjetividade, mas o corpo em si faz parte da construção do gênero e, conseqüentemente, do desenvolvimento da *performance* por meio dos gestos, estilos visuais e movimentos. O corpo é portador de inúmeros discursos impostos ao longo da trajetória de vida do indivíduo, incluindo o “discurso

é negado pela atividade do mecanismo de defesa do recalçamento (*antítese*) e alocado nas profundezas do inconsciente. Já no inconsciente, o conteúdo tenta irromper para a consciência, mas logo se depara com a barreira da repressão, a qual, para permitir a passagem do conteúdo, o modifica (*suprassunção*) de maneira que ele se torne assimilável a nível consciente. O conteúdo modificado não é mais o mesmo (*síntese*), mas ainda carrega algo do que já foi no passado (Ataide, 2015).

heteronormativo”. A performance nada mais é do que uma forma de materializar esses discursos (Butler, 2019).

Em se tratando do supracitado “discurso heteronormativo”, cabe destacar que consideramos seu uso de extrema importância em estudos que abordam questões de gênero e sexualidade, tendo em vista a amplitude que ele adquire quando discutimos as implicações culturais que atuam sobre o gênero e a maneira como ele é expressado e/ou performado. Dito isso, é importante abordarmos a *Heteronormatividade* de maneira mais detalhada.

A Heteronormatividade, termo utilizado pela primeira vez na publicação *Fear to the Queer Planet: queer politics and social theory* por Michael Warner (1991), é referida pelo autor como sendo um fenômeno que surge a partir do privilégio desfrutado pela cultura heterossexual em interpretar a si própria como exemplar na sociedade²⁶. Essa cultura pensa a si mesma como uma forma elementar nas relações humanas e entre os gêneros, como uma base inquebrantável da sociedade e como aquela que porta os mecanismos de reprodução sem os quais não haveria continuidade da vida. Tendo isso em vista, uma manifestação da sexualidade que difira da heterossexualidade, em especial a homossexualidade, é tolhida no interior da cultura e subjugada para uma condição de inferioridade, de modo que a construção da heterossexualidade é feita sobre o princípio da exclusão e repressão da própria homossexualidade, com a finalidade de produzir uma hierarquia social tal como argumenta Seidman (1991) na mesma obra publicada por Warner:

A produtividade social da identidade é adquirida ao preço de uma lógica de hierarquia, normalização e exclusão. Além disso, as construções de identidade gay reforçam o código hetero/homossexual dominante com sua heteronormatividade. Se a homossexualidade e a heterossexualidade são um acoplamento em que cada uma pressupõe a outra, cada uma estando presente na invocação do outra, e em que esse acoplamento assume formas hierárquicas, então o projeto epistêmico e político de identificar um sujeito gay reforça e reproduz essa figura hierárquica (Seidman, 1991, p. 130).

Além de regular as relações e estruturas sociais do sexo, a Heteronormatividade ainda se dedica a regular e normatizar a maneira como os desejos corporais e a afetividade são

²⁶ O conceito de *heterossexualidade compulsória*, cunhado pela feminista radical Adrienne Rich, pode ser considerado um precursor do conceito de Heteronormatividade. Ele surge pela primeira vez em 1980 no artigo *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, o qual foi publicado posteriormente no livro *Blood, bread and poetry: selected prose 1979-1985*. Rich (1980) descreve a *heterossexualidade compulsória* como o recurso derivado do poder dominante exercido pela figura do homem ao longo da história, que doutrina as mulheres por meio da ideologia fabricada do “romance heterossexual”, introjetando coercitivamente nelas as ideias de que o matrimônio e o desejo sexual por homens são indeclináveis. Desse modo, outras expressões da sexualidade, como as relações homossexuais, acabam sendo marginalizadas e classificadas como “anti-naturais”.

vivenciados pelos indivíduos, apregoando a necessidade de uma “coerência” mimética entre o sexo, o gênero e a sexualidade, na qual o desejo pelo sexo oposto é única realidade possível (Petry & Meyer, 2011). Butler (2015) identifica essa necessidade no interior do que ela denomina de *matriz sexual compulsória*, na qual ela argumenta que o processo de formação do sujeito em uma sociedade heteronormativa deve estabelecer uma linha contínua e coerente entre seu corpo biológico, seu gênero, sua orientação sexual e suas práticas sexuais. Podemos citar o seguinte exemplo: um indivíduo que nasça com um órgão reprodutor denominado pênis, por extensão, pertence ao gênero masculino, é heterossexual e se relaciona exclusivamente com indivíduos denominados de “mulheres”. Essa seria a trajetória de um “homem verdadeiro”, enquanto o extremo oposto resultaria em uma “mulher de verdade”.

Como demonstrado, a Heteronormatividade pode ser interpretada como um dispositivo²⁷ que atua tanto no sentido de regular e normatizar a sexualidade (como o nome do conceito pode sugerir) como também o gênero, o que, em nossa interpretação, dispensa o uso de conceitos mais atuais como o de Cisnormatividade. Esse conceito foi empregado a partir do início dos anos 2000 por blogueiras trans e depois usado cientificamente pela primeira vez no trabalho de Logie et al. (2012, p. 2) para descrever “as suposições e expectativas socioculturais de que todas as pessoas são cisgêneras”. Embora seja alegado que este conceito oferece mais visibilidade para a violência perpetrada contra indivíduos trans e travestis, ao mesmo tempo ele é menor do que a própria a Heteronormatividade, que abraça conjuntamente não só as opressões relativas à orientação sexual como também as opressões ligadas às identidades de gênero não normativas. A Figura 5 condensa essa descrição.

²⁷ Michael Warner (1991) e outros autores posteriores a ele nunca chegaram a um consenso sobre a natureza conceitual da Heteronormatividade. Podendo ela ser interpretada sob o prisma de diversos constructos teóricos, como o privilégio (Warner), a ideologia (em Marx), a cultura, a Ideia (em Deleuze), e até mesmo o juízo (em Hanna Arendt), optamos por empregá-la como um dispositivo no sentido *foucaultiano*, tendo em vista sua coerência epistemológica com o campo de estudos de filiação idealista e sua posterior influência na corrente pós-estruturalista na qual a *Teoria Queer* emerge. Foucault (2000) define *dispositivo* da seguinte maneira: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 244).

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 5

Representação do efeito regulador da Heteronormatividade nas esferas do gênero e da sexualidade

Como pode ser observado na figura acima, dentro de um universo muito amplo de possibilidades identitárias no escopo da sexualidade e do gênero, a interdição heteronormativa promove apenas a validação de indivíduos assimilados como heterossexuais e cisgêneros, o que relega as outras experiências de gênero (trans, travesti, transgênero, *queer*, entre outras) e de sexualidade (homossexual, lésbica, bissexual, assexual, entre outras) a um local de obscuridade (zona de apagamento) afastado dos espaços de *inteligibilidade* (Butler, 2019). Observa-se, no entanto, que mesmo as identidades que pareçam estar alinhadas ao dispositivo heteronormativo não são capazes de contemplar seus critérios, uma vez que eles são utópicos. Ninguém está abençoado pela Heteronormatividade: o que ocorre é que alguns indivíduos são melhor ou mais assimilados dentro dos estereótipos²⁸ de sexualidade e de gênero do que outros, mas nunca

²⁸ O processo de formação dos *estereótipos* envolve a necessidade dos seres humanos em simplificar dados da realidade e é comum a todos (Operario & Fiske, 2003). No entanto, se a *estereotipia* atua de maneira a intermediar a construção cognitiva com a realidade identificada pelo indivíduo, então a maneira como a realidade lhe é apresentada é o que contém em si o potencial de disseminar juízos de valor incorretos. É nesse movimento que os estereótipos sexuais e de gênero surgem, uma vez que os dispositivos de poder que atuam na sociedade fabricam falsas interpretações com o objetivo de normatizar e naturalizar os corpos, o sexo, o gênero e até mesmo o pensamento.

conseguem desfrutar de uma assimilação total, já que, assim como todas as categorias identitárias previamente estabelecidas, incluindo aquelas categorias consideradas heteronormativas (cisgênero e heterossexual), são dispositivos de controle que regulam a vida humana (Rubin, 1984).

Após essa breve exposição sobre a *Teoria Queer* e a Heteronormatividade, pontuamos que nossa escolha por seu uso se dá pela possibilidade de vislumbrarmos os dados coletados para além de teorias clássicas que limitam e falseiam nossa percepção sobre os dados coletados a partir de histórias de vida que são atravessadas por forças normatizadoras e cujas identidades de seus/suas protagonistas são abjetadas frente a sua inconformidade com elas. Ao invés de pensar as identidades dentro de receptáculos teóricos específicos, a *Teoria Queer* nos guia por um caminho onde as identidades têm um significado permanentemente livre, fluído, desestabilizado e contestável, de onde se originam diferenças entre os indivíduos, as quais, carregam em si, o potencial de transformar a maneira como a sociedade lida com a alteridade. Esperamos, portanto, que nosso estudo possa caminhar nessa mesma direção no que tangem as conjugalidades vividas por nossos/as colaboradores/as.

5.3. Referencial Metodológico

Teoria Fundamentada nos Dados

Consideramos o uso da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) como referencial metodológico, em conjunção com a *Teoria Queer* e a *Heteronormatividade*, por entendermos que ambas carregam princípios constitutivos semelhantes. Em nosso entendimento, ao propor que o caminho traçado dentro da análise dos dados seja guiado pelos próprios dados e que as hipóteses que emergem dessa análise sejam consideradas circunstanciais, a TFD nos revela seu compromisso ético em respeitar a subjetividade e especificidade da experiência humana. Também nos parece fundamental que a *teoria emergente* resultante do processo de análise em TFD se auto proclame como não generalizável, fato este que afasta a possibilidade de produzir categorias de análise reguladoras das experiências dos/as colaboradores/as, o que resultaria em um constructo teórico com pretensão universal, algo considerado totalmente *anti-queer* (Rinaldi, 2018). Uma vez que buscamos atravessar nossa análise com referenciais teóricos que valorizam a diversidade da expressão do gênero, da sexualidade e das conjugalidades, nos pareceu altamente recomendável adotar um método alinhado a estes princípios.

A TFD consiste em uma metodologia qualitativa de investigação que busca, nas experiências vivenciadas pelos chamados “atores sociais”, significados associados a um fenômeno específico, o que possibilita interligar constructos teóricos de maneira a potencializar a expansão do conhecimento em inúmeras áreas da ciência (Dantas, Leite, Lima & Stipp, 2009). Desta forma, a TFD almeja a descoberta de teorias, conceitos e hipóteses tendo como base os dados coletados pelo próprio estudo ao invés de basear-se em dados pré-determinados. A esse respeito, Kathy Charmaz (1995) pontua que uma das características principais que diferencia a TFD de outros métodos de pesquisa é a possibilidade de “unir explicitamente o processo de pesquisa com o desenvolvimento de uma teoria, fazendo cair, de tal modo, a rígida divisão do trabalho entre empiristas e teóricos” (p. 28).

A TFD surgiu na década de 1960 a partir da colaboração dos sociólogos Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss (1965) durante seus estudos do processo de morte em hospitais. Ao longo deste estudo, eles foram capazes de desenvolver uma série de mecanismos metodológicos que logo entenderam que poderiam ser utilizados em inúmeros contextos (Charmaz, 2009). Possivelmente uma de suas mais significativas contribuições, em oposição direta aos métodos qualitativos que dominavam o campo científico na época, foi o de propor um conjunto de diretrizes voltadas para a orientação do pesquisador ao invés de um manual de regras a serem cumpridas, o que garante a liberdade do pesquisador na condução de seus estudos.

Alguns dos componentes da TFD proposta por Glaser e Strauss (1965) envolvem:

- a. O envolvimento simultâneo da coleta e da análise dos dados;
- b. A construção de códigos e categorias analíticas a partir dos dados;
- c. O avanço do desenvolvimento da teoria em cada passo da coleta e análise dos dados;
- d. A elaboração de memorandos para elaborar categorias, determinar a relação entre elas e identificar lacunas;
- e. A amostragem é dirigida à construção da teoria e não visa a assegurar a representatividade populacional;

Ao contrário de outros métodos de pesquisa, na TFD, as hipóteses são criadas no decorrer do processo de coleta e análise dos dados ao invés de serem formuladas a priori. Ela também apresenta um caráter circular, o que significa dizer que o foco da pesquisa pode ser alterado mediante a indicação de novos rumos pelos dados que entram em cena (Dantas, Leite, Lima, & Stipp, 2009).

É preciso considerar que a TFD, assim como tantos outros referenciais metodológicos, apresenta um grande leque de diversificação em suas práticas e conceitos. Mais notavelmente,

é possível destacar que existem três “linhas” da TFD muito praticadas atualmente e que, apesar de guardarem muitas semelhanças, também apresentam algumas diferenças em seus procedimentos. A primeira e já mencionada, é a linha clássica de Glaser e Strauss de 1965. A segunda data de 1990 e se trata de uma revisão da TFD clássica realizada pelo próprio Strauss ao lado de sua aluna Juliet Corbin. Já a terceira foi proposta em 1992 por Kathy Charmaz e ficou conhecida como Teoria Fundamentada Construtivista (Tarozzi, 2011). O presente estudo está pautado na revisão de Strauss e Corbin (1990), de forma que nos aprofundaremos nos métodos descritos por ela.

Strauss e Corbin (1990) compreendem a TFD como um método sistemático que visa estudar a riqueza e a diversidade da experiência humana, partindo desse princípio para formular uma teoria substancial para entender o comportamento. A teoria é substancial porque ela não tem o objetivo de ser generalista, uma vez que se entende, desde o início da pesquisa, que as formulações teóricas do estudo derivam dos dados coletados e analisados, considerando a especificidade dos atores sociais que forneceram os dados e o contexto social e momento histórico em que estes dados foram coletados. Isso não significa que os resultados de um estudo em TFD não sejam ilustrativos para o fenômeno estudado: eles simplesmente não podem ser tomados como universais.

Strauss e Corbin (1990) referem que a TFD tem por objetivo identificar, desenvolver e relacionar alguns conceitos, sendo que alguns dos mais fundamentais encontram-se descritos a seguir:

- a. Sensibilidade teórica: é uma habilidade pessoal do pesquisador que lhe confere a capacidade de ter um insight acerca do fenômeno estudado. Ela se amplia à medida que o pesquisador se envolve com o fenômeno estudado e aumenta seu conhecimento teórico e prático sobre dele;
- b. Amostragem teórica: é o processo através do qual o pesquisador coleta dados para gerar uma teoria. É um processo dinâmico em que a codificação e a análise dos dados direcionam o pesquisador para que ele decida quais dados ele irá coletar a seguir e onde irá encontrá-los, tendo a finalidade de lhe possibilitar desenvolver a teoria que está emergindo. Segundo Cassiani e Almeida (1999), na amostragem teórica, inicialmente “[...] o investigador começa a entrevistar um grupo da população seguindo seus objetivos. Concomitante a esta etapa ele inicia a codificação dos dados identificando lacunas que serão utilizados para direcionar a coleta de dados adicionais, desenvolvendo teoricamente as categorias” (p. 14).

- c. Memorandos e diagramas: os memorandos são uma forma de registro das categorias e hipóteses emergentes. Já os diagramas são recursos visuais que permitem o desenho das relações estabelecidas entre as diferentes categorias. Geralmente são documentos para uso exclusivo do pesquisador, não sendo um hábito serem divulgados publicamente (Charmaz, 2009).

O processo de construção da TFD de Strauss e Corbin (1990) caracteriza-se por ser significativamente mais estruturado do que o da TFD de Glaser e Strauss (1965). No entanto, isso não torna o processo limitante, sendo possível fazer uso das orientações dos autores à medida que estas se fizerem necessárias para atender aos objetivos e direcionamentos tomados pelo estudo. Para todos os efeitos, salientamos que este estudo seguiu os procedimentos de coleta e análise tais como propostos por Strauss e Corbin (1990). Esses procedimentos se encontram representados na Figura 6.

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 6

Percurso metodológico da Teoria Fundamental nos Dados assim como proposta por Strass e Corbin (1990)

Como pode ser observado acima, a pesquisa inicia-se com uma *questão*, a qual geralmente emerge do reconhecimento de uma problemática específica. Definida a questão, o passo seguinte consiste em selecionar os/as colaboradores/as que irão compor a *amostragem* do estudo, da qual partirá a *coleta de dados*. Essa amostragem não é probabilística e não tem como objetivo representar o grupo de indivíduos estudados em relação a toda população na qual eles estão inseridos (Charmaz, 2009). O processo de coleta, que pode ser realizado por inúmeras vias, como entrevistas, observações e etnografias, ocorre simultaneamente às etapas de análise

dos dados, sendo que esta análise identificará quais características deverão ser buscadas na composição da amostra durante o estudo e quais as melhores estratégias para coletar os dados.

Ainda que ocorram de maneira simultânea, as primeiras etapas de análise dos dados guardam algumas características específicas que expressam o grau de organização dos dados na direção de uma *teoria emergente*. A primeira etapa da análise é a *codificação aberta*. Nessa etapa, o pesquisador codifica os incidentes presentes nos dados coletados em tantos códigos quanto forem possíveis. O objetivo central é “o de conceituar as passagens relevantes, sem forçar o texto, permanecendo em nível bastante descritivo” (Tarozzi, 2011, pp. 70-71). A codificação pode ser realizada por palavras, linhas ou unidades de análise. Não há uma definição entre categorias e subcategorias nesta etapa.

Independentemente do momento da análise dos dados, é importante pontuar que o pesquisador sempre faz uso da *comparação constante*, uma vez que ela permite estabelecer distinções e realizar comparações a cada nível do processo de análise (Glaser & Strauss, 1965). Por meio da comparação constante, o pesquisador é capaz de suspender seus juízos e pré-conceitos sobre o fenômeno estudado e alcançar um nível maior de precisão e congruência no processo de construção das categorias que o evidenciam.

O segundo nível da análise é denominado de *codificação axial*. Nele, os códigos gerados na codificação aberta, até então separados, são agrupados no intuito de obter explicações sobre os fenômenos investigados e de estruturar categorias. A partir deste processo, é gerado um referencial conceitual provisório usando os dados como referência. De acordo com Cassiani et al (1996), neste momento “O investigador tenta descobrir o principal problema na cena social, do ponto de vista dos atores ou sujeitos participantes do estudo e como eles lidam com o problema”. Perguntas como “Por quê?”, “De que forma?”, “Onde?”, “Como?” e “Quando?” auxiliam neste processo.

Ainda neste nível, Strauss e Corbin (1990) propõe a utilização de um *modelo paradigmático* que auxilia na sistematização tanto das conexões entre as categorias emergentes como na maneira como elas se organizam e explicam um determinado fenômeno. Os componentes deste modelo são conhecidos como os “5 Cs”: condições causais, contexto, condições intervenientes, estratégias e consequências. A Figura 7 representa este modelo:

Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 7

Modelo paradigmático de análise dos dados proposto por Strauss e Corbin (1990)

Neste modelo, as *condições causais*, ou antecedentes, são um conjunto de eventos ou incidentes que originam ou antecedem o fenômeno. O *fenômeno*, por sua vez, é a ideia central com a qual determinados grupos de ações ou intervenções, representados pelas categorias, se dirigem, se relacionam ou a explicam. O *contexto* no qual o fenômeno ocorre reúne elementos que expressam as condições em que determinadas estratégias de ações e/ou interações são tomadas. Já as *condições intervenientes* “indicam as condições estruturais que se apoiam nas estratégias de ação/interação a que pertencem o fenômeno. Elas facilitam ou bloqueiam as estratégias tomadas dentro de um contexto específico” (Cassiani & Almeida, 1999, p. 19). As *estratégias* agrupam as ações e interações que são elaboradas e desenvolvidas para lidar com a problemática expressa pelo fenômeno. Por fim, as *consequências* expressam os resultados da aplicação das estratégias (Strauss & Corbin, 1990).

Como resultado dos processos descritos anteriormente, na etapa da *codificação seletiva*, busca-se a emergência de uma variável central e de integração das categorias. A categoria central emerge no final da análise e constitui o principal tema ao redor do qual todas as categorias giram. As condições causais, o contexto, as condições intervenientes, as estratégias e consequências formam as relações teóricas pelas quais as categorias são relacionadas umas

às outras e à categoria central. A partir desse processo emergirá uma *teoria* substancial formulada a partir da análise dos dados.

5.4. Participantes

Participaram do estudo três casais cis-trans heterossexuais, um casal transcentrado heterossexual e uma travesti que se encontrava em um relacionamento com uma mulher trans. Os cônjuges foram assim nomeados para fins deste estudo: Jonas e Ângela, ele um homem trans e ela uma mulher cis; Marcelo e Joice, ele um homem trans e ela uma mulher cis; Pedro e Fabiana, ele um homem trans e ela uma travesti; Natália, uma travesti, que foi entrevistada sem a presença de sua parceira, uma mulher trans; e Iemanjá e Oxumaré, ela uma mulher cis e ele um homem trans. Os casais receberam nomes fictícios, escolhidos por eles próprios, a pedido do pesquisador.

Jonas e Ângela vivem em uma cidade da região de Ribeirão Preto, SP; Marcelo e Joice residem em uma cidade da região de São José do Rio Preto, SP; Pedro e Fabiana moram juntos em uma capital; Fabiana vive sozinha em um município do estado de Minas Gerais, e Iemanjá e Oxumaré vivem a maior parte do tempo separados, cada qual em sua residência, em estados separados por uma longa distância geográfica: ela vive na região Sudeste e ele na região Nordeste. Sazonalmente o casal se reúne em uma das casas e permanecem dividindo o mesmo teto pelo período médio de 4 meses.

As configurações de casais almejadas pela pesquisa eram: casais cis-trans (casais formados por uma pessoa trans ou travesti e uma pessoa cis) e casais transcentrados (casais formados por duas pessoas trans ou travestis). O critério de auto-identificação foi utilizado para definir a identidade de gênero dos/as colaboradores/as. Não houve restrições em relação à orientação sexual dos membros dos casais. Também não houve restrições quanto à presença de filhos, que de alguma forma participassem da vida do casal, e que podiam ser fruto do relacionamento do casal ou de relacionamentos anteriores de um/a dos/as cônjuges.

Os critérios de intencionalidade incluíram: ter idade igual ou superior a 18 anos; estar em um relacionamento afetivo considerado estável pelo próprio casal; e estar em condições de saúde adequadas para conceder a entrevista e aceitar voluntariamente o convite de participação, formalizando sua concordância por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B).

Os critérios de exclusão adotados foram: casais em processo de separação; casais em que pelo menos um dos cônjuges apresentava condições físicas, psíquicas e/ou emocionais que inviabilizassem seu engajamento na situação de entrevista.

Seguindo o que é proposto por Strauss e Corbin (1990), a saturação da amostragem do estudo foi atingida quando os dados obtidos permitiram que fosse elaborada e integrada uma *teoria emergente* a partir da análise dos dados coletados.

5.5. Instrumentos

a. *Formulário de Dados Sociodemográficos*

Trata-se de um formulário contendo dados sociodemográficos e clínicos, validado em pesquisas anteriores realizadas pelo grupo de pesquisa (Apêndice C)

b. *Critério de Classificação Econômica - Critério Brasil (CCEB)*

Trata-se de um instrumento que tem por propósito caracterizar os/as colaboradores/as em termos de suas posições na pirâmide social. O Critério Brasil é um instrumento padronizado e de acesso aberto, desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), com base nos itens de conforto doméstico e nível de escolaridade da pessoa de referência (“chefe de família”). Este critério foi elaborado para delimitar grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (considerando o poder aquisitivo) de grande parte das empresas. Porém, como qualquer outro critério, não pode satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. Por isso, além do CCEB, será envidado um esforço para obter o máximo de informações possíveis sobre a vida econômica dos respondentes (ABEP, 2016).

c. *Roteiro de Entrevista Semiestruturado*

Optou-se pela utilização de entrevistas narrativas episódicas. O uso desse tipo específico de entrevista é consistente com os objetivos do estudo, que pressupõem o desejo de permitir aos participantes expressarem livremente suas vivências, sentimentos e significações, de maneira que se espera que tal abordagem resulte em uma quantidade de dados densa e diversificada. As entrevistas narrativas permitem a reconstrução dos fatos, episódios e acontecimentos a partir do ponto de vista da pessoa entrevistada, de forma que o entrevistador

deve se manter o mais neutro possível para não contaminar o discurso que está sendo coletado (Muyllaert, Júnior, Gallo, Neto, & Reis, 2014). Ressalta-se também que, nas entrevistas narrativas, existe uma importante característica colaborativa, uma vez que a narrativa emerge a partir da interação, da troca e do diálogo entre o pesquisador e o/a colaborador/a (Creswell, 2014).

O roteiro de entrevista semiestruturada encontram-se no Apêndice D. O roteiro foi aplicado nos dois membros do casal ao mesmo tempo, uma vez que um dos objetivos específicos do estudo era conhecer a dinâmica conjugal, e a entrevista em conjunto é um campo rico para observar aspectos do vínculo estabelecido entre eles. O roteiro foi desenvolvido a partir de uma revisão sistemática dos artigos científicos sobre a temática (Estudo 3), realizada pelo pesquisador e complementado pela experiência do orientador e do laboratório de pesquisa. O roteiro de entrevista semiestruturada buscou abarcar questões que circunscrevessem os sentidos atribuídos pelos/as colaboradores/as aos seus relacionamentos, bem como o impacto gerado sobre a conjugalidade a partir das experiências vividas na esfera familiar, social e afetiva. Foram investigadas questões como: em que circunstância se deu o início do relacionamento afetivo, se contaram com o apoio familiar, se existe e como é o apoio da comunidade em que vivem e se já foram expostos a vivências ligadas ao preconceito, intolerância e discriminação.

Em síntese, o *corpus* de pesquisa foi composto pela intersecção de duas partes: (1) Dados de identificação/dados sociodemográficos e (2) Entrevista com o casal.